



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Relação entre Economia Circular e Desperdício Alimentar caso da Re-Food

Robin R. M. Cabral de Sanches Santos

Católica Porto Business School
novembro de 2023



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Relação entre Economia Circular e Desperdício Alimentar caso da Re-Food

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Gestão

por

Robin R. M. Cabral de Sanches Santos

sob orientação de
Professor Doutor Jorge Manuel Soares Julião

Católica Porto Business School
novembro de 2023

Agradecimentos

A presente dissertação é o resultado de vários meses de envolvimento, dedicação e trabalho, mas também da ajuda e apoio de muita gente, a quem gostaria de aqui deixar uma sincera palavra de reconhecido agradecimento. Entretanto, alguns, pela sua relevância ou pelo seu particular significado, devem ser assinalados.

Começo por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Manuel Soares Julião, por ter aceitado este tema de trabalho e pelo permanente apoio, preocupação e simpatia com que me acompanhou.

Um agradecimento especial a todos os Coordenadores dos Núcleos da Re-Food do Bonfim, Foz do Douro, Leça da Palmeira, Maia Centro, Ermesinde, Carnaxide e Benfica pela simpática e célere resposta à entrevista que amavelmente acederam em conceder. Uma palavra em particular à Dra. Sofia Reis, coordenadora da Re-Food do Bonfim, pela colaboração empenhada na disponibilização de contactos que se mostraram essenciais para a realização das referidas entrevistas.

Aos meus pais, à minha avó e ao meu tio pois sempre foram meus apoiantes de todas as minhas decisões. Um agradecimento por todo o apoio, sacrifício, esforço, dedicação, amor e carinho.

Aos meus amigos, Duarte, Mariana, Roma, Marta, Maurean, Martinha, entre muitos outros, pelo encorajamento e ânimo que nunca faltaram. Por último, à Sara expresse um grande sentimento de gratidão.

A todas as pessoas, muito Obrigade.

Resumo

Os problemas associados à sustentabilidade ambiental e social são hoje uma realidade incontornável. Não é mais possível ocultá-los e, muito menos, ignorá-los. O modelo económico vigente, isto é, o sistema linear encontra-se esgotado, por incapacidade de resposta aos desafios com que a humanidade se depara. A emergência de um novo paradigma - a economia circular, impõe-se como forma de ultrapassar estes obstáculos de dimensão mundial.

Este estudo, procura determinar de que forma as organizações de solidariedade social, cujo objetivo é o apoio alimentar a pessoas carenciadas, estão a pensar em sistema contribuindo, desta forma, para a consolidação da economia circular e, conseqüentemente, para a gestão sustentável dos recursos, em particular na cadeia de abastecimento alimentar. A breve incursão, realizada neste âmbito, indica-nos a existência de uma forte relação entre economia circular e as organizações da economia social com aquele objeto social. Por outras palavras, diremos que estas últimas se constituem como pilar essencial da economia circular.

Palavras-chave: Economia Circular; Cadeia de Abastecimento Alimentar; Desperdício Alimentar; Economia Social; Sustentabilidade Social.

Abstract

The problems associated with environmental and social sustainability are an undeniable reality today. It is no longer possible to hide them, let alone ignore them. The current economic model, that is, the linear system, is exhausted due to its inability to respond to the challenges facing humanity. The emergence of a new paradigm - the circular economy - is essential for overcoming these global-scale obstacles.

This study seeks to determine how social solidarity organizations, whose objective is to provide food assistance to people in need, are using systemic thinking contributing, thus, to the consolidation of the circular economy, and consequently, to the sustainable management of resources, particularly in the food supply chain. The brief exploration conducted in this context indicates a strong connection between the circular economy and social economy organizations with this social purpose. In other words, we can say that the latter constitute an essential pillar of the circular economy.

Keywords: Circular Economy; Food Supply Chain; Food Waste; Social Economy; Social Sustainability.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	viii
Índice	x
Índice de Figuras.....	xii
Índice de Tabelas	xv
Lista de abreviaturas	xvi
Introdução.....	18
Revisão da Literatura	21
2.1 Economia circular : evolução conceptual.....	21
2.2 Desperdício alimentar: ao longo da cadeia de abastecimento	26
2.3 Economia Circular e Desperdício Alimentar.....	34
2.4 Relação entre economia circular e economia social.....	37
2.5 Re-Food como <i>player</i> da economia circular e da sustentabilidade social	41
Metodologia.....	46
3.1 Contextualização.....	48
3.1.1 Caracterização da Re-Food.....	48
3.2 Caracterização da amostra	51
3.3 Recolha de dados	52
Apresentação e Discussão de Resultados	53
Conclusão.....	62
Bibliografia.....	64

Índice de Figuras

Figura 1: Diagrama dos sistemas da economia linear (Fonte: Moreira et al, 2012 – adaptado).....	22
Figura 2: Diagrama dos sistemas da economia circular (Fonte: EMF, 2019)	25
Figura 3: O desperdício alimentar elemento da perda alimentar (Fonte: Gustavsson et al., 2012).....	27
Figura 4: Maior incidência das perdas e desperdício ao longo da CAA (Fonte: Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar [CNCDA], 2017)...	28
Figura 5: Volume de desperdício alimentar (Fonte: Oxfam, 2017).....	28
Figura 6: Desperdício alimentar na UE nos principais setores económicos, em 2020 (Fonte: Eurostat, 2023).....	29
Figura 7: Hierarquia dos resíduos alimentares (Fonte: Relatório Especial 34/2016)	30
Figura 8: Desperdício alimentar anual ao longo da cadeia de abastecimento e consumo em Portugal (Fonte: PERDA, 2012).....	31
Figura 9: Desperdício alimentar nos diferentes países da União Europeia, em 2020 (Fonte: Eurostat, 2022 - adaptado).....	32
Figura 10: Desperdício alimentar em Portugal e na União Europeia nas diferentes etapas da Cadeia de Abastecimento e de Consumo Alimentar, em 2020 (Fonte: Eurostat, 2022 - adaptado).....	33
Figura 11: Desperdício alimentar por setor de atividade em Portugal, em 2020 (Fonte: Eurostat, 2022).....	33
Figura 12: Fluxograma da atividade desenvolvida pela Re-Food (2023) (Fonte: Re-Food, 2023).....	43
Figura 13: Esquema da localização dos núcleos da Re-Food em Portugal (Fonte: Re-Food, 2023).....	49

Figura 14: Organigrama da coordenação de um núcleo da Re-Food (Fonte: Jovens Repórteres para o Ambiente [JRA], 2016)	50
Figura 15: Esquema organizacional sistémico dos núcleos Re-Food	53
Figura 16: Tela do QDA Miner Lite da categorização dos dados obtidos nas entrevistas	56
Figura 17: Distribuição relativa dimensão “gestão sustentável dos recursos” ..	57
Figura 18: Distribuição relativa dimensão “desperdício alimentar”	58
Figura 19: Distribuição relativa dimensão “desperdício alimentar”	59
Figura 20: Distribuição relativa dimensão “trabalho em rede”	60

Índice de Tabelas

Tabela 1: Categorização dos dados obtidos nas entrevistas	55
--	----

Lista de abreviaturas

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

CAA – Cadeia de Abastecimento Alimentar

CE – Comissão Europeia

CO – Centro Operacional

DA – Desperdício Alimentar

DPA – Desperdício e Perdas Alimentares

EC - Economia Circular

ES - Economia Social

FAO - Food and Agriculture Organization

GEE – Gases de Efeito de Estufa

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PA – Perda Alimentar

QDA - Quantitative Discourse Analysis

UE – União Europeia

Introdução

Enquadramento

No final do primeiro quartel do século XXI, a humanidade vivencia tempos de incerteza, nomeadamente com a pandemia de SARS-CoV-2, agora no seu terceiro ano, continua a produzir novas variantes, a guerra na Ucrânia que ecoa em todo o globo, causando um sofrimento humano imenso, incluindo uma crise de custo de vida e as catástrofes climáticas e ecológicas são uma ameaça diária.

O elevado crescimento demográfico mundial registado atinge atualmente 7,7 mil milhões de pessoas. Espera-se que em 2050 sejam atingidas as 9 mil milhões de pessoas e, com expectativas de aumento do uso de matérias-primas nas próximas décadas, infere-se a continuidade da trajetória de insustentabilidade da sociedade vigente (Leitão, 2015).

Neste contexto, urge uma mudança de paradigma e uma nova abordagem na forma como interagimos com o Planeta. A implementação da Economia Circular (EC) fomenta a utilização racional dos recursos, a reutilização, a reparação, o reaproveitamento e a reciclagem dos materiais, maximizando o seu tempo de vida e diminuindo a produção de resíduos. Com o aumento da vida útil dos recursos e a sua capacidade para gerar valor em mais do que um ciclo produtivo, para além de tornar a utilização de recursos mais eficiente, é aumentada a capacidade de criação de valor das economias.

A economia circular surge como resposta aos atuais problemas ambientais, mas também económicos e sociais, decorrentes da globalização dos mercados do atual modelo linear. No atual modelo económico, uma das externalidades negativas que se manifesta na cadeia de abastecimento é o que, comumente, designamos por desperdício alimentar.

Motivação

Neste contexto, não apenas por motivações de ordem social, mas até por questões de racionalidade económica, impõe-se realizar um combate ao desperdício alimentar. A consecução deste desígnio antevê-se como possível através de uma rutura paradigmática, em que a EC, nas suas inter-relações com a Economia Social (ES), materializada nas organizações de apoio alimentar aos mais desfavorecidos, consegue minimizar e/ou neutralizar a questão dos excedentes alimentares, impactando de forma significativa a problemática do desperdício alimentar. É, pois, este caminhar rumo à sustentabilidade ambiental, económica e social o nosso elemento motivacional na realização do presente trabalho, que esperamos se constitua como um contributo de trabalhos futuros.

Questão de investigação

Deste modo, pretende-se responder à seguinte questão de investigação: “de que forma as organizações de solidariedade social, cujo objetivo é o apoio alimentar a pessoas carenciadas, estão a pensar em sistema contribuindo para a gestão sustentável dos recursos?”.

A pertinência da questão de investigação funda-se no facto de, após leitura atenta e aprofundada das investigações realizadas e disponíveis, apenas se verificar a existência de estudos parcelares e dispersos sobre as temáticas em análise “*de per se*” que não estabelecem a estreita e decisiva conexão entre os pilares / princípios da economia circular e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) – no caso, a Re-Food - que tem como desígnio o combate ao desperdício alimentar e, simultaneamente, visam a sustentabilidade social.

Objetivos e metodologia

Com este estudo realizado no âmbito do Trabalho Final do Mestrado (TFM) em Gestão na Católica Porto Business School (CPBS), pretende-se

compreender a relação entre economia circular e a redução do desperdício e de perdas alimentares através da intervenção de organizações de economia social que combatem o desperdício alimentar de que é exemplo a Re-Food. O estudo é feito, segundo uma metodologia de investigação do tipo qualitativo e interpretativo.

Estrutura da dissertação

A estrutura básica desta dissertação, consiste em duas partes. Na primeira parte, far-se-á uma revisão da literatura não sistemática, sobre os principais conceitos em análise – economia circular; desperdício e perdas alimentares (DPA); economia social (ES) e sobre a relação entre eles. Na segunda parte, serão usadas as conclusões teóricas da primeira para, através de um estudo de caso descritivo - Re-Food - onde se irá discutir, com maior nível de pormenor, a relação entre Economia Circular, desperdício alimentar (DA) e Economia Social.

Por fim, surge a conclusão da investigação, limitações e as oportunidades de desenvolvimento do tema, a serem consideradas em investigações futuras.

Capítulo 2

Revisão da Literatura

Em qualquer investigação de caráter científico, a primeira decisão a tomar quando se planeia uma revisão da literatura é definir claramente o foco, ou seja, a questão que se pretende responder. A “questão de investigação” é, pois, um dos elementos cruciais numa revisão de literatura, uma vez que todo o estudo estará centrado e será guiado por esta.

Conhecer o estado da arte permite-nos sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação existente e identificar conexões entre temáticas.

2.1 Economia circular : evolução conceptual

A economia mundial tem sido construída com base num modelo linear¹ de negócios, ancorado nas ações de extrair, transformar, produzir, utilizar e descartar, o qual tem conduzido à insustentabilidade ambiental, económica e social (Figura 1).

¹ Para Andrews (2015), a origem da economia linear é datada da Revolução Industrial. Nesta época, o número, diversidade e celeridade da produção expandiu-se frente à mecanização e o desenvolvimento de novos sistemas de produção. Tal crescimento baseou-se no modelo linear de economia, através da linha “take-make-use-dispose” (Araujo, 2017).

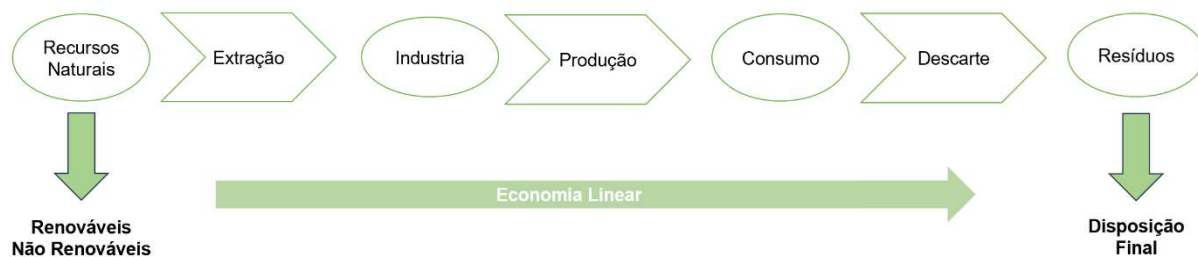


Figura 1: Diagrama dos sistemas da economia linear (Fonte: Moreira et al, 2012 – adaptado)

Este paradigma económico que, percorreu todo o século XX de forma exponencial e, ainda, hoje, prevalece, provocou a extração crescente de recursos naturais, através da qual os produtos concebidos a partir desses recursos são utilizados e, posteriormente, descartados como resíduos. Em resultado deste ciclo surge uma crescente escassez de recursos e, a conseqüente, tendência para o esgotamento dos não renováveis e aumento dos níveis de poluição do meio ambiente.

De facto, este paradigma de crescimento económico depende do consumo de recursos finitos, que provoca o risco iminente de esgotamento de matérias-primas e custos cada vez mais elevados na sua extração² No fim do processo, gera-se um volume sem precedentes de resíduos inutilizados e potencialmente tóxicos para os seres humanos e os ecossistemas que contaminam.

Em termos económicos existem também efeitos negativos, nomeadamente aumentando a competição e o preço das *commodities*³, gerando instabilidade

² Sabe-se, que todos os sistemas em que a produção seja a de economia linear conduzem à diminuição dos recursos naturais (renováveis e não renováveis), levando a que estes, face à sua crescente escassez, se tornem mais caros. Muitas empresas começaram a perceber que o sistema linear aumenta a exposição a riscos, principalmente a preços mais altos de recursos e interrupções no fornecimento, tornando-se largamente perceptível que esta cadeia produtiva tem prejuízos para o ambiente devido à extração em excesso dos recursos, pelo facto de se deitarem fora os produtos em aterros e à eliminação dos resíduos e também por não haver um total aproveitamento dos recursos e materiais (Ribeiro, 2020).

³ “Commodities” é um termo adotado no mercado financeiro, que significa “mercadorias”, que têm origem no setor primário e são, muitas vezes, utilizadas como matérias-primas das indústrias. De acordo com Secomandi and Seppi (2014) “as *commodities* podem ser divididas em três categorias básicas: produtos agrícolas (alimentos, têxteis, ...), metais e fontes de energia (gás natural, eletricidade, ...).

nos mercados⁴. Acrescem as perdas na cadeia produtiva, isto é, recursos que não chegam a incorporar o produto final e são descartados como resíduos; a elevada quantidade de resíduos no final da cadeia de abastecimento⁵ e a perda de energia residual existente nos produtos em final de vida.

A nível social as consequências negativas estão bem espelhadas na enorme massa de excluídos do processo produtivo de consumo⁶ e nos níveis elevados de pobreza.

A progressiva consciencialização sobre os limites da economia linear despertou o interesse pelo desenvolvimento de um novo modelo de organização económica que proporcionaria os bens e serviços necessários para manter e melhorar os padrões de vida, sem aumentar o consumo de matérias-primas e a quantidade de resíduos libertados para o meio ambiente.

Esse novo paradigma abre uma nova era que, como sublinha Koumparou (2017), “a sustentabilidade social é o objetivo final, a sustentabilidade ambiental é o contexto e a economia é o veículo”. Nesta relação, a economia assume-se como circular e emerge como modelo alternativo para o crescimento, para o desenvolvimento e para a vida (sociedade) sustentável, sendo identificada, assente nos seus princípios, pilares e práticas, como a opção para inverter a trajetória de insustentabilidade da sociedade vigente (Leitão, 2015).

Neste capítulo procura-se caracterizar a economia circular, a sua base de emergência e a evolução do conceito. De igual forma, abordam-se os seus pilares e o modelo que a consubstancia.

O conceito “circular” na sua relação com a economia perdura há longa

⁴ Além dos graves danos ambientais à escala global, esta situação traz consigo significativas alterações nos preços das *commodities*. A competição global por recursos e a concentração da oferta tem vindo a aumentar, o que torna a indústria e a sociedade dependentes das importações e vulneráveis a preços elevados, volatilidade do mercado e da situação política em alguns países fornecedores (Leitão, 2015).

⁵ Uma Cadeia de Abastecimento é a integração dos processos de abastecimento, produção e distribuição que formam uma rede de empresas de diferentes unidades de negócio.

⁶ Falamos daquele contingente de pessoas incapazes de responderem aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos financeiros para nele participarem.

data, tendo sido introduzido no discurso económico no século XVIII por John Law (1720), e por Richard Cantillon (1755) para salientarem que a produção traduz um circuito, isto é, o bem que era produzido num determinado ano era consumido e no ano seguinte voltaria a ser produzido e consumido, continuando o circuito (Ribeiro, 2020).

Em si, o termo Economia Circular surgiu pela primeira vez com o arquiteto suíço Walter R. Stahel, através das suas publicações na área da sustentabilidade industrial e, em particular, através da publicação do artigo *“The Product-Life Factor”* que, em 1982, foi premiado pelo prestigiado *U.S. Mitchell Prize* (Leitão, 2015).

Aqui, a economia circular é definida como uma mudança económica em que a produção é substituída pela suficiência, defendendo-se que tudo se reutiliza ou recicla, importando reparar o que está estragado, sem que isso possa interferir no desenvolvimento económico e social (Cardoso, 2018).

Mais recentemente, em 2010, foi criada a Fundação Ellen MacArthur, uma organização sem fins lucrativos com o intuito de acelerar a transição para uma economia circular. Pese embora a origem do termo ser atribuído a diferentes autores e apesar das descrições incluírem um leque variado de significados e associações, foi este organismo que, em 2013, lançou uma das definições vulgarmente aceite nos dias de hoje.

A Fundação Ellen MacArthur define economia circular como “uma economia que é restaurativa e regenerativa por design e que pretende manter os produtos, componentes e materiais na sua maior utilidade e valor a todo o tempo” (Ellen MacArthur Foundation [EMF], 2013).

Nesta perspetiva, o modelo de economia circular pretende anular ineficiências, ao longo do ciclo de vida do produto, desde a extração das matérias-primas até à sua utilização, pelo consumidor final, através de uma

gestão mais eficiente dos recursos naturais, minimizando ou eliminando a criação de resíduos e prolongando, ao máximo, a vida útil e o valor do produto (Figura 2).

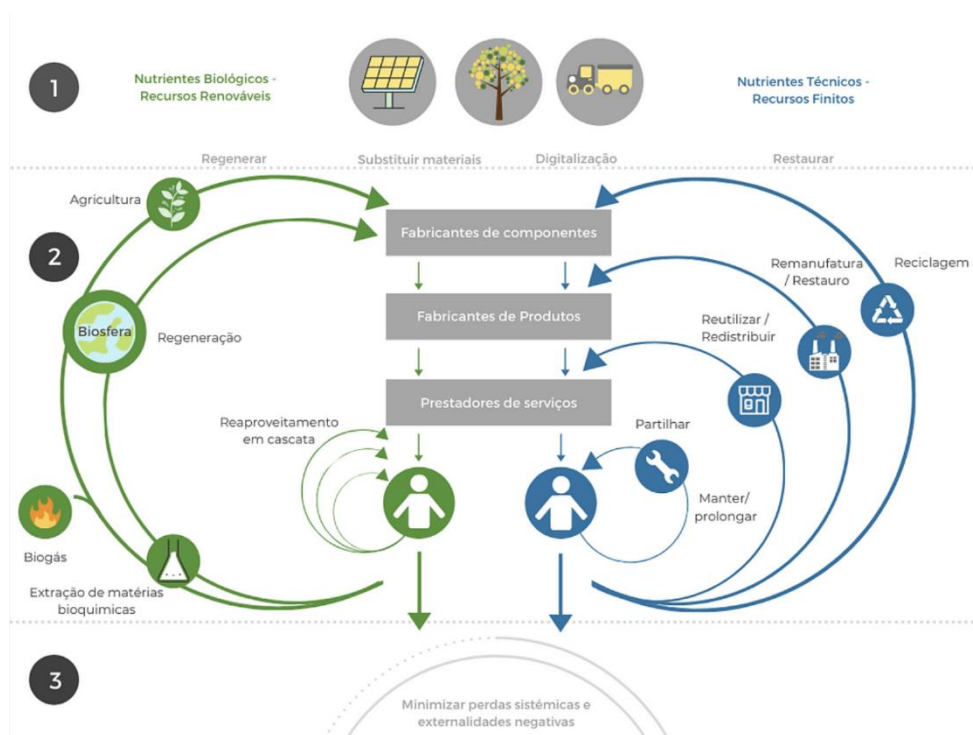


Figura 2: Diagrama dos sistemas da economia circular (Fonte: EMF, 2019)

Como é possível observar na Figura 2, um sistema fundamentado no conceito de Economia Circular, irá permitir vários ciclos diferentes de reaproveitamento dos desperdícios gerados.

Desta forma, é possível afirmar que, pese embora a EC tenha reflexos mais evidentes na sustentabilidade ambiental e económica, também comporta uma sólida componente de sustentabilidade social. Nesta perspetiva, o modelo proposto pela EC oferece às sociedades humanas a oportunidade de corrigir desigualdades sociais que o modelo económico linear vigente tende a acentuar.

2.2 Desperdício alimentar: ao longo da cadeia de abastecimento

Em pleno final do primeiro quartel do século XXI, quando são sobejamente conhecidos os problemas de subnutrição e de fome⁷ que se registam a nível mundial, abordar a questão do desperdício alimentar coloca-nos perante uma situação confrangedora e eticamente chocante.

Quando abordamos a cadeia de abastecimento alimentar (produção, colheita, pós-colheita, transformação, distribuição e consumo) existem diversas ineficiências, das quais a perda alimentar (PA) e o desperdício alimentar (DA)⁸ são dos mais impactantes quando temos presente os déficits alimentares a nível global.

Impõe-se clarificar dois dos conceitos mais importantes ligados a esta temática e que correspondem ao de PA e de DA.

Atualmente, entre as diferentes definições, as mais utilizadas são as da Food and Agricultural Organization [FAO] (2014). Segundo esta agência especializada das Nações Unidas, perda alimentar refere-se à diminuição da quantidade ou da qualidade dos atributos dos alimentos, ao longo de toda a CAA, provocada pelo funcionamento do sistema produtivo e de abastecimento de alimentos, ou pelas instituições ou legislação existentes. A perda alimentar está, por isso, associada a fatores não controláveis pelos atores da cadeia de abastecimento alimentar, como tecnologias, logística deficiente, mau funcionamento dos mercados, conflitos sociais e desastres naturais. O desperdício alimentar, refere-se à perda originada pela extração de alimentos

⁷ “Estima-se que entre 720 e 811 milhões de pessoas no mundo enfrentaram a fome em 2020 - cerca de 161 milhões a mais do que em 2019. Quase 2,37 bilhões de pessoas não tiveram acesso a alimentos adequados em 2020 - um aumento de 320 milhões de pessoas em apenas um ano. Nenhuma região do mundo foi poupada (FAO, 2021).

⁸ A perda alimentar é definida como a diminuição da quantidade ou da qualidade dos alimentos. O desperdício alimentar faz parte das perdas alimentares e designa a falta de aproveitamento ou o uso alternativo (não alimentar) de alimentos seguros e nutritivos para consumo humano ao longo da cadeia de abastecimento alimentar, da produção primária até ao consumidor doméstico final (FAO, 2014).

adequados para consumo humano da cadeia de abastecimento alimentar (inclui os processados, semi-processados ou crus) por opção dos atores da mesma, ou porque se tornaram impróprios para consumo humano devido à negligência desses mesmos atores, sobretudo (mas não exclusivamente) do consumidor final doméstico. Desta forma e segundo as definições da FAO, o desperdício é uma componente da perda (Figura 3), quando esta é causada, por uma ação deliberada devido a negligência, a escolhas deliberadas e que está sobretudo associada aos retalhistas e ao consumidor final.



Figura 3: O desperdício alimentar elemento da perda alimentar (Fonte: Gustavsson et al., 2012)

De acordo com esta definição, e no âmbito deste estudo, quando nos reportarmos a perdas estaremos a referir perdas e desperdício, em simultâneo. Será empregue, o termo desperdício, quando nos pretendermos referir a desperdício, apenas.

Apesar do desperdício alimentar ocorrer em todas as etapas da cadeia de abastecimento alimentar (Figura 4), importa referir que o desperdício nas últimas fases da cadeia acontece maioritariamente em países desenvolvidos devido a decisões dos produtores e consumidores finais. Pelo contrário, nos países em

desenvolvimento, a maior parte do desperdício ocorre nas fases iniciais da cadeia de abastecimento devido à falta de recursos financeiros, técnicos e administrativos (Secondi, 2019).



Figura 4: Maior incidência das perdas e desperdício ao longo da CAA (Fonte: Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar [CNCDA], 2017)

Através da Figura 5 é visível o contraste mundial norte-sul (países desenvolvidos versus países em desenvolvimento) do desperdício alimentar ao longo da cadeia de abastecimento.

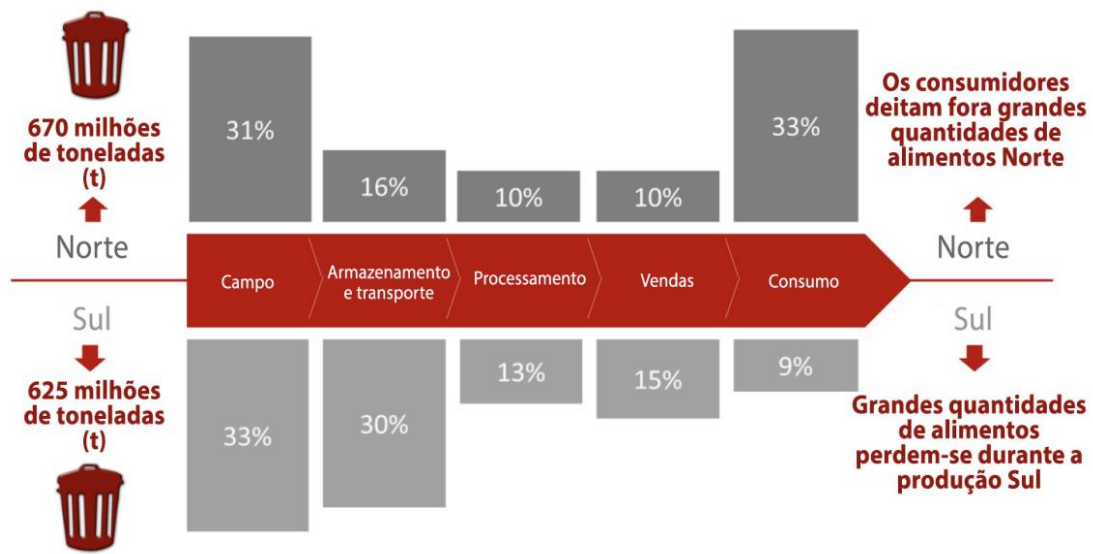


Figura 5: Volume de desperdício alimentares (Fonte: Oxfam, 2017)

Este fenómeno é transversal e, por isso, abrange todas as áreas do Globo, veja-se o caso da UE onde, em 2020, foram gerados cerca de 131 kg de resíduos alimentares por habitante. As famílias geraram 53% do desperdício de alimentos, representando 70 kg por habitante, num ano. Os 47% restantes foram resíduos gerados na parte superior da cadeia de abastecimento alimentar (Figura 6).

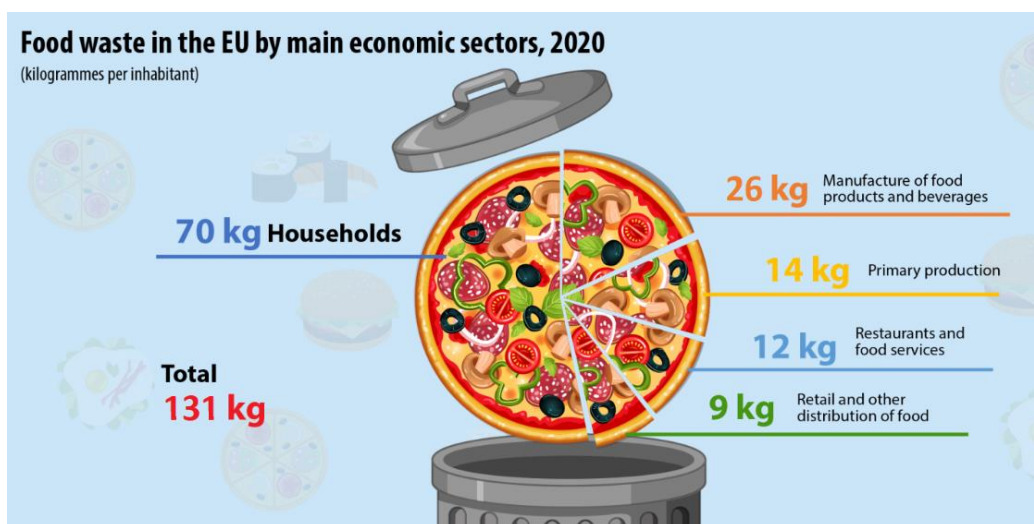


Figura 6: Desperdício alimentar na UE nos principais setores económicos, em 2020
(Fonte: Eurostat, 2023)

A nível europeu, a Comissão Europeia (CE) desenvolveu um programa de incentivos relacionados com a economia circular, no qual definiu diversas metas a serem cumpridas para a redução de resíduos, sendo que os alimentares não são exceção.

A hierarquia dos resíduos atribui prioridade às medidas de tratamento de resíduos, indo da mais à menos desejável, com base na sustentabilidade ambiental. A da UE é definida na Diretiva-Quadro relativa aos Resíduos.⁹ Pode ser aplicada ao desperdício alimentar, mas deve ser ligeiramente alterada de

⁹ Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de novembro de 2008. No âmbito de um pacote de medidas relativas à economia circular, a Diretiva (UE) 2018/851 alterou a Diretiva 2008/98/CE. Vem reforçar as regras relativas à prevenção de resíduos. Relativamente à produção de resíduos, os Estados-Membros da UE devem tomar várias medidas para, entre as quais, reduzir a produção de resíduos alimentares como contributo para os ODS das Nações Unidas até 2030.

forma a ter em conta as particularidades dos alimentos. Diversos Estados-Membros adaptaram a hierarquia dos resíduos aos alimentos, privilegiando a ordem de preferência indicada na Figura 7.

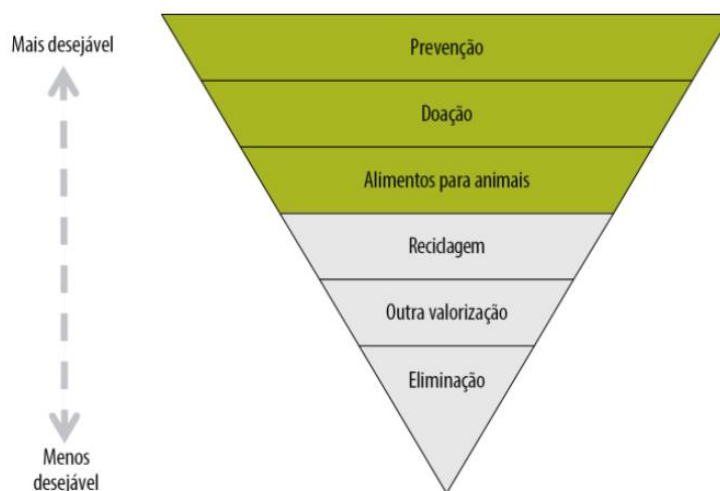


Figura 7: Hierarquia dos resíduos alimentares (Fonte: Relatório Especial 34/2016)

Em Portugal, à semelhança do que sucede em diferentes países do Mundo, o desperdício alimentar ocorre em toda a CAA, o que dificulta muito a sua quantificação. Porém, o país não ficou indiferente a este fenómeno com impacto negativo a nível ambiental, económico, social e eticamente inaceitável. Dada a sua relevância, no decurso do tempo, foram várias as iniciativas para o combate ao desperdício alimentar.

Em 2012 e, pese embora a complexidade e as dificuldades inerentes a qualquer análise deste fenómeno, surge o primeiro estudo a nível nacional sobre o desperdício alimentar, por intermédio do Centro de Estudos e Estratégias para a Sustentabilidade (CESTRAS) através do Projeto PERDA¹⁰ – Do campo ao Garfo Desperdício Alimentar em Portugal (Baptista et al., 2012).

¹⁰ PERDA - Projeto de Estudo e Reflexão sobre o Desperdício Alimentar.

As conclusões obtidas sobre perdas e desperdício na cadeia de aprovisionamento obtidos no estudo permitiram estimar que cerca de 17% das partes comestíveis dos alimentos produzidos para consumo humano, eram perdidas ou desperdiçadas em Portugal, correspondendo a cerca de 1 milhão de toneladas por ano (Baptista et al., 2012) (Figura 8).



Figura 8: Desperdício alimentar anual ao longo da cadeia de abastecimento e consumo em Portugal (Fonte: PERDA, 2012)

Ainda a nível nacional, foi criada a Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA) através do Despacho n.º 14202-B/2016, da Presidência do Conselho de Ministros, a qual tem como missão principal promover a redução do desperdício alimentar através de uma abordagem integrada e multidisciplinar.

Recentemente, em 2022, a Eurostat¹¹ publicou os resultados da primeira monitorização dos níveis de desperdício alimentar em toda a UE, durante o ano de 2020, de acordo com a Decisão Delegada (UE) 2019/1597 da CE.

Este estudo permitiu constatar que, durante o ano de 2020, cerca de 58,5 milhões de toneladas de comida foram desperdiçadas na União Europeia (UE), o equivalente a 131 kg por habitante (Figura 9).

Esta monitorização permitiu ainda comprovar que, em Portugal, durante o ano de 2020, foram desperdiçadas cerca de 1,9 milhões de toneladas de alimentos, ou seja, aproximadamente 184 kg por habitante (Figura 9).

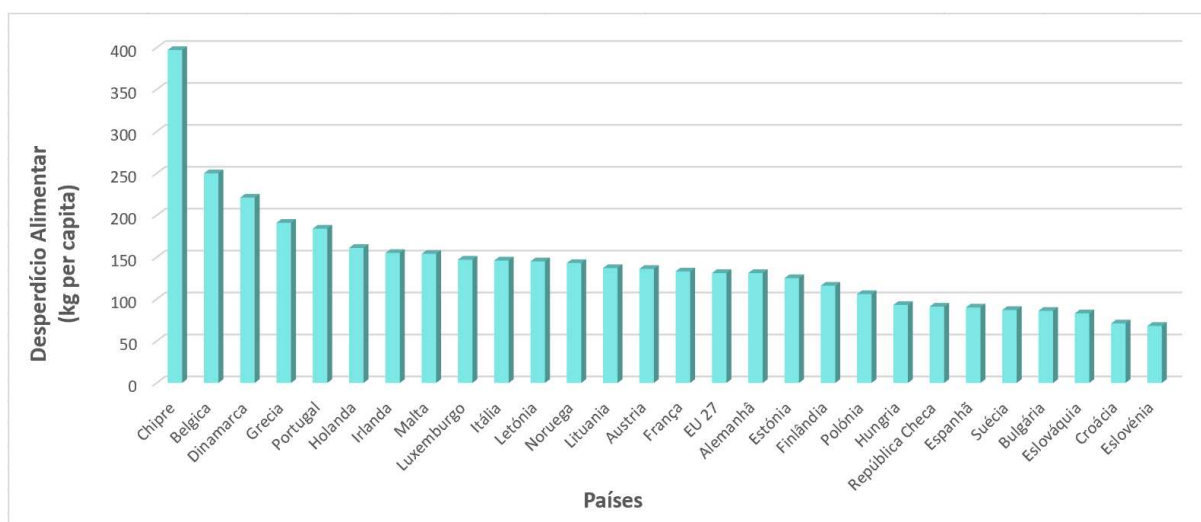


Figura 9: Desperdício alimentar nos diferentes países da União Europeia, em 2020 (Fonte: Eurostat, 2022 - adaptado)

Numa análise mais fina dos dados, é possível observar que os portugueses desperdiçam menos comida na produção primária (agricultura, carne e pesca - 10 kg/pessoa) e na produção de alimentos (6 kg/pessoa), mas desperdiçam valores superiores à média europeia entre os agregados familiares (124 kg por pessoa), nos restaurantes (23 kg por pessoa) e na distribuição (21 kg por pessoa).

¹¹ O Eurostat é o Serviço de Estatística da União Europeia responsável pela publicação de estatísticas e indicadores de elevada qualidade a nível europeu que permite a comparação entre países e regiões. O Eurostat corresponde organicamente a uma das Direcções-Gerais da Comissão Europeia e está sediado no Luxemburgo.

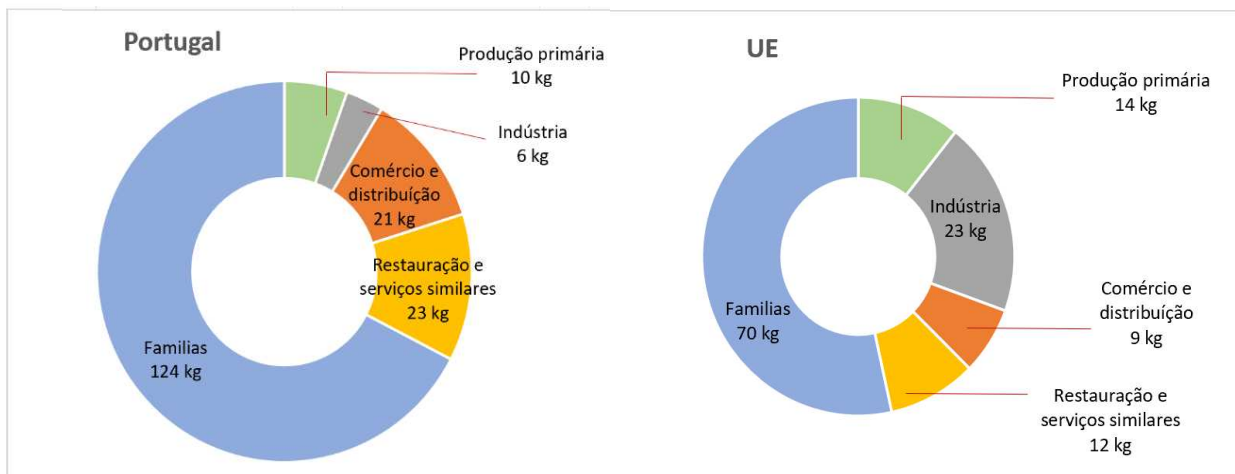


Figura 10: Desperdício alimentar em Portugal e na União Europeia nas diferentes etapas da Cadeia de Abastecimento e de Consumo Alimentar, em 2020 (Fonte: Eurostat, 2022 - adaptado)

Analisando as figuras de valores relativos ao desperdício alimentar por setor de atividade, em 2020 (Figura 10 e 11) é possível inferir que, em Portugal, 67,48% (124 kg) do desperdício alimentar ocorre nos agregados familiares.

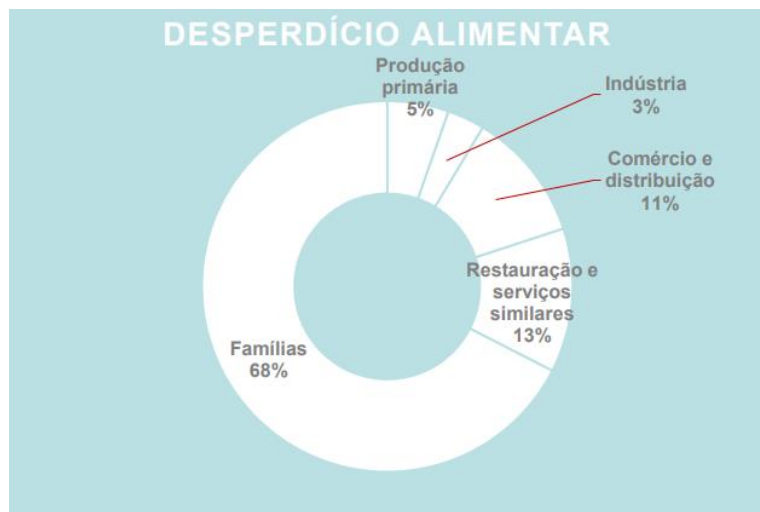


Figura 11: Desperdício alimentar por setor de atividade em Portugal, em 2020 (Fonte: Eurostat, 2022)

Face a estes números, além das ações de sensibilização direcionadas à sociedade civil, é imperativo que as organizações, tanto aquelas que atuam na cadeia de valor dos alimentos como todas as outras, conheçam o fenómeno e

implementem boas práticas de redução de desperdício alimentar, para que seja possível diminuir estes números.

2.3 Economia Circular e Desperdício Alimentar

No capítulo anterior, concluímos que o desperdício alimentar é, uma componente das perdas alimentares, quando é causada por uma ação devido a negligência ou escolhas deliberadas e que, nos países mais desenvolvidos, está sobretudo, associada aos retalhistas e ao consumidor final.¹²

Confirmamos também que o principal propósito da EC é a redução, da quantidade de materiais usados (resíduos), na produção e no consumo, em simultâneo com a criação de valor e de emprego, e a redução da pressão sobre o meio-ambiente.¹³ A EC é, por isso, considerada uma das estratégias que permitem combater o desperdício alimentar.

A economia circular quando aplicada à cadeia de abastecimento alimentar, implica a diminuição significativa da quantidade de resíduos gerados no sistema alimentar, a reutilização dos alimentos, a utilização de subprodutos e resíduos alimentares, a reciclagem de nutrientes e as mudanças na alimentação, em direção a padrões alimentares mais diversos e ecologicamente eficazes (Jurgilevich et al; 2016).

Segundo Gustavsson 2012, “os princípios da economia circular, como forma de minimizar o desperdício alimentar, aplicam-se a todos os atores da cadeia de abastecimento alimentar, desde a produção ao consumidor final. No entanto, segundo a FAO, nos países industrializados a maioria dos alimentos são

¹² A quantidade de alimentos desperdiçada em atos de consumo tem uma grande proporção em relação ao desperdício total, sendo que é mais pronunciada em países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento (Thyberg & Tonjes, 2016).

¹³ A EC tem como finalidade a procura incessante da eliminação do desperdício. Ela emerge como um modelo de desenvolvimento sustentável, regenerativo e restaurativo, cujo objetivo é manter produtos, resíduos alimentares e recursos naturais ao seu mais alto nível de utilidade e valor no tempo, gerando benefícios sociais, económicos e ambientais para a sociedade (EMF, 2015).

desperdiçados a nível da distribuição e do consumo final, enquanto nos países em desenvolvimento o desperdício acontece sobretudo no início da cadeia, nas fases da colheita, pós-colheita, processamento e armazenamento”.

Embora o desperdício a nível do lar seja muito significativo, a verdade é que de forma crescente as famílias consomem pelo menos uma refeição fora de casa. De facto, a proporção da despesa das famílias em refeições fora da casa em 2017 foi, respetivamente de 31% e 52%, no Reino Unido e no Estados Unidos (Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais [DMAAAR], 2020; Elitzak & Okrent, 2018).

Um conjunto de estudos realizados em restaurantes, cafetarias ou cantinas institucionais em países europeus revelaram que neste sector ocorrem entre 9% e 20% do desperdício alimentar total desses países (Oakdene, 2013).

Impõe-se, pois, alterar normativos legais e comportamentos no sentido de evitar excedentes alimentares que se transformam em desperdício. Este é, pois, um imperativo para a alteração de paradigma de uma economia linear para uma economia circular.

Os governos possuem um papel regulatório insubstituível em toda a atividade humana e, como tal, o problema do desperdício alimentar não deve constituir exceção, impondo-se que integre a agenda política¹⁴ (Roth & Zheng, 2020).

Neste contexto, vários países do mundo, com principal incidência nos mais desenvolvidos, implementaram nas suas políticas públicas os princípios da EC para mitigar os problemas de desperdício alimentar e proteger os recursos naturais. Foi o caso de diferentes países europeus, de que são exemplo França (pioneira a nível mundial a adotar uma legislação robusta contra o desperdício), Itália, Espanha e Portugal, entre muitos outros.

¹⁴ Os governos representam uma força influenciadora, através de medidas e incentivos em prol da minimização do desperdício alimentar em todas as fases da cadeia de abastecimento (Roth & Zheng, 2020).

Dos diferentes exemplos de disposições legais de combate ao desperdício alimentar plasmadas nos normativos legais de diferentes países da UE,¹⁵ emerge uma forte componente de responsabilidade social materializada no incentivo e/ou obrigatoriedade à doação, a instituições solidariades social, de excedentes alimentares por parte de diferentes operadores da CAA.

A doação para consumo humano de excedentes alimentares constitui efetivamente o melhor aproveitamento de produtos que, de outro modo, iriam ser desperdiçados. Estes produtos são recuperados, recolhidos e, através de organizações de solidariedade social, fornecidos aos cidadãos, em especial aos mais carenciados. Este mecanismo é um instrumento fundamental da EC, na medida em que corresponde à reposição do valor natural através da recuperação de produtos, sejam eles alimentares ou não. Com este procedimento, é também possível atingir-se um duplo objetivo ambiental, por um lado, a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE)¹⁶ e, por outro, diminuindo o consumo de recursos naturais¹⁷ utilizados na produção alimentar.

Esta abordagem legislativa dos diferentes países europeus, fundada nos princípios da economia circular, vai ao encontro do ODS 12,¹⁸ enunciado na Agenda 2030, pelas Nações Unidas: “garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis” (ONU, 2015).

Importa referir que, pese embora a opção, em diferentes países europeus tenha sido o mecanismo da doação, existe um conjunto de outras ferramentas

¹⁵ Os governos podem atuar em relação ao desperdício alimentar através de mudança de legislação, com o estabelecimento de objetivos de redução de desperdício e restrições do mesmo, em prol da sua redução, com a implementação de penalizações aos diferentes atores que não cumprirem com os normativos legais (Schanes et al., 2018).

¹⁶ A produção de alimentos é um dos principais contribuidores para a emissão de GEE no mundo e sabe-se que este parâmetro está intimamente relacionado com o padrão alimentar adotado pela população, já que o impacto gerado no meio ambiente varia consoante os alimentos produzidos (Vetter et al., 2017).

¹⁷ O custo ambiental do desperdício alimentar é assumido pela sociedade no seu todo, essencialmente através do agravamento da escassez de recursos naturais que, a longo prazo, pode traduzir-se num aumento do respetivo preço (Tribunal de Contas Europeu [TCE], 2016).

¹⁸ O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, tem como finalidade garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, a partir da preservação de recursos naturais, redução do desperdício alimentar, redução de resíduos, entre outras medidas ligadas diretamente ao consumo consciente.

disponíveis que utilizadas isoladamente ou de forma combinada, permitem minimizar o desperdício alimentar, corporizando os princípios da economia circular.

O reaproveitamento de excedentes alimentares que não sejam passíveis de aproveitamento para alimentação humana, podem ser destinados à geração de bioenergia ou produção de ração animal. Esta última, é produzida com produtos que já não são adequados para consumo humano, através de alimentos crus ou do processamento desses alimentos para se adequarem ao seu novo propósito, tendo em atenção que nem todos os alimentos são adequados à alimentação animal (como alguns frutos e vegetais) (Kusumowardani, 2022).

2.4 Relação entre economia circular e economia social

Impõe-se, desde já, delimitar o conceito de economia social e, só posteriormente, observarmos a sua emergência e evolução histórica. Num segundo momento será, então, possível entender a relação entre a economia circular e a economia social.

Devido à sua génese doutrinária e à diversidade de geografias da sua emergência onde se evidenciam fortes diferenças culturais e contextuais, as organizações da ES formam um conjunto com limites pouco definidos.

Tal como afirma Rui Namorado (2017) a economia social caracteriza-se por ser um espaço socioeconómico que abrange um conjunto de organizações e práticas não pertencentes ao Estado, nem tendo como objetivo o lucro, mas sim a resposta às necessidades de um indivíduo, comunidade ou sociedade, que segue assim, o princípio da solidariedade numa lógica de proximidade com o outro, promovendo o social, no quadro do desenvolvimento sustentável e

potencia a apreensão das lógicas da economia circular (Comité Económico e Social Europeu [EESC], 2017).

Como refere Joaquim Caeiro (2008), “são critérios jurídicos, económicos e sociológicos que de forma combinada possibilitam delimitar e estruturar o campo de intervenção das organizações de economia social”. Neste aspeto, as cláusulas gerais dos estatutos jurídicos das instituições resultam a regras passíveis de reagrupar em torno de quatro grandes princípios, que são a:

- a) identificação recíproca das pessoas associadas e da atividade empresarial;
- b) igualdade dos associados, independentemente da sua participação no financiamento e na atividade das empresas;
- c) possibilidade de divisão dos excedentes entre os associados de forma proporcional à sua participação na atividade económica;
- d) propriedade coletiva dos benefícios investidos de forma permanente.

Pode então, afirmar-se que a economia social recobre duas realidades que se interligam, a saber “uma forma alternativa de estar na economia (nem pública, nem privada) e o trabalho social ou assistencial sobre as camadas da população em processo de exclusão” (Nunes et al., 2001).

Após esta aproximação conceptual ao que se entende por economia social, vejamos agora, o contexto da sua emergência e a sua posterior evolução histórica. Neste sentido, é possível afirmar que, a ES, encontra as suas raízes na Revolução Francesa (maio de 1789 a novembro de 1799)¹⁹ e nos ideais da “liberdade, igualdade e fraternidade (*Liberté, Egalité, Fraternité*)”, tendo como

¹⁹ No dia 14 de julho de 1789 o povo de Paris toma a prisão da Bastilha, símbolo do poder arbitrário do rei absoluto e, em geral, do Antigo Regime. E três semanas após a tomada da Bastilha (momento simbólico da vitória do movimento revolucionário) a estrutura social do feudalismo rural francês e a máquina estatal da França ruiu.

desenvolvimento normal o início do movimento associativo ligado ao proletariado e às organizações obreiras.²⁰

No entanto, o conceito de economia social surge em 1830, quando o economista francês Charles Dunoyer (1786-1862) publica em Paris um texto intitulado “*Nouveau Traité d’Économie Sociale*”, surgindo na mesma década na Universidade flamenga de Lovaina um curso com a designação de economia social.

Mais tarde, após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e simultaneamente ao estabelecimento e expansão do Estado Providência baseado no modelo keynesiano de intervenção estatal na economia, a importância do conceito de economia social foi distanciada para um plano secundário. Isso aconteceu porque o Estado passou a intervir no mercado e a corrigir as suas "falhas" por conta própria, sem depender de outras entidades económicas.

Porém, é a partir dos anos setenta do século XX, como resultado da crise e, conseqüente, enfraquecimento do Estado Providência²¹ que a economia social volta a reemergir adquirindo uma importância acrescida e mais uma vez, de forma predominante em França.²²

Em 1975, nasceu o Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativistas e Associativistas (CNLAMCA) que, em 1978, lançou em Bruxelas, um debate europeu sobre Economia Social.

²⁰ Valadares (2012), refere que a economia social remonta ao Antigo Egipto e à Antiguidade Greco-Latina pelos sistemas de ajuda mútua. Mas foi no século XIX, que surgiram as primeiras correntes ligadas à economia social por Gide, assim como as influências do Socialismo Utópico, marcado pelo contexto francês provocado pelo avanço do sistema liberal.

²¹ A crise do Estado Providência foi despoletada quando, ao nível das contas públicas, o crescimento das receitas deixou de acompanhar o aumento das despesas, cingindo estas a níveis considerados in comportáveis. Com a agravante das despesas sociais crescerem a um ritmo superior ao resto das despesas públicas. Baixos ritmos de crescimento, elevadas taxas de inflação e de desemprego, são elementos caracterizadores da crise económica que está na origem desta situação (Almeida, 1997).

²² A partir dos anos 1970, com o enfraquecimento do Estado Providência, há uma nova força de uma série de experiências da economia social que se renovam com as iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo e empresas em processo de falência transferidas para as mãos dos trabalhadores (Gaiger, 2009).

É no contexto francófono que, a história da economia social, adquire um enquadramento vasto e diversificado, ainda que não deixe de, em alguns países, já ocupar um lugar de destaque no contexto económico e social.

As iniciativas relacionadas com a economia social apresentam uma variedade de abordagens e percursos distintos influenciados pelos contextos históricos, culturais e sociológicos das diversas localidades onde emergiram. Em resumo, pode-se afirmar que a economia social passou por várias fases: o desenvolvimento do associativismo proletário (1791-1848); a preocupação com questões sociais e o movimento operário (1850-1900); os períodos de regimes totalitários e a fragmentação do cooperativismo, associativismo e mutualismo (1901-1945); o surgimento do Estado-Providência, resultando na redução da relevância da economia social (1945-1975); e, a partir de 1975, a reganho de importância com a crise do Estado-Providência.

Após uma breve incursão sobre o âmbito da economia social, as suas fronteiras e o seu percurso histórico, importa agora entender a relação entre esta e a economia circular.

Em boa verdade, a economia circular e a economia social têm muitos pontos importantes em comum. Ambos os modelos colocam as pessoas e o desenvolvimento económico no centro das suas preocupações. Em ambas, o reforço da capacidade de criação e inovação a nível local, onde as relações de proximidade são decisivas, constitui um fator de êxito fundamental. Não é por acaso que, na Europa, a economia social foi pioneira da economia circular nos domínios da reutilização e reciclagem de resíduos, energia e agricultura. Mais recentemente, as plataformas cooperativas na esfera da economia colaborativa são exemplos bem conhecidos de iniciativas que ajudam a preservar e melhorar o capital natural, otimizar a utilização dos recursos e fomentar a eficiência do sistema.

No contexto do enorme desperdício alimentar decorrente do modelo económico linear em vigor, a atividade das IPSS, como os bancos alimentares que se dedicam ao combate ao desperdício alimentar tem o mérito de resgatar recursos do seu fim de vida, isto é, de serem prematuramente descartados como resíduos – estando, desta forma, alinhada com a orientação estabelecida pela UE para a economia circular.

2.5 Re-Food como *player* da economia circular e da sustentabilidade social

As iniciativas da sociedade civil que se materializam na emergência de organizações sob a forma de IPSS de combate ao desperdício alimentar e, simultaneamente, de apoio alimentar aos mais carenciados encontram, na maioria das vezes, os fundamentos da sua génese na insustentabilidade social, isto é, na exclusão social e, em situações severas de pobreza.²³

Na realidade, a palavra “sustentável” sinaliza a existência do seu oposto, o “insustentável”.

De facto, o modelo económico linear do sistema capitalista ajudou a construir de forma progressiva um contingente populacional excluído do acesso aos seus benefícios, tendo um dos seus maiores danos consistido na desqualificação de uma franja populacional significativa, condenando-a à busca da mera sobrevivência biológica.

²³ O Professor Alfredo Bruto da Costa salienta que a “forma corrente de identificar uma pessoa socialmente excluída consiste em avaliar as suas condições de vida objetivas”, já que essa é a dimensão mais visível e observável da pobreza, mesmo que não seja o mais grave. Por condições visíveis do problema o autor refere a alimentação, modo de vestir, condições habitacionais, estado de saúde. Apesar destas carências materiais serem uma dificuldade em si, a pobreza é um problema muito mais amplo e complexo, já que essas mesmas carências afetam o bem-estar do indivíduo como um todo. Sublinha ainda a importância de compreender que cada uma das dimensões concretas e objetivas da pobreza afetam cada indivíduo de forma distinta, já que depende das “características pessoais, do tipo das carências e do tempo de permanência na privação” (Costa, 1998).

A insustentabilidade social manifesta-se nas várias formas que atentam contra a dignidade humana, sendo o risco de pobreza, a exclusão social e a insegurança alimentar a sua face mais visível e perturbante.

Foi precisamente a observação desta realidade cruel e paradoxal, isto é, a dualidade contraditória entre, por um lado, desperdício alimentar e, por outro, população com fome que levou o norte-americano, natural do Estado da Virgínia, Hunter Spears Halder, a fundar em Portugal, a Re-Food.

O Movimento Re-Food surgiu na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, a 9 de março de 2011, pelas mãos de Hunter Halder que viu em Portugal um país para viver e criar a sua família.

O projeto implementou-se com a iniciativa de Hunter de percorrer os estabelecimentos do seu bairro na tentativa de recolher os excedentes alimentares diários, para que os pudesse entregar às famílias que este identificava como tendo dificuldade em aceder a refeições. Após um mês da fundação deste projeto, já contavam com 30 voluntários e 30 fornecedores de alimentos excedentes. Decorridos dois anos e meio, houve um largo aumento para 500 voluntários, 100 fornecedores e mais de 500 beneficiários (Apolinário, 2021).

Posteriormente, como suporte ao movimento Re-Food em Portugal, a 18 de julho de 2011, é fundada a “*Re-Food 4 Good – Associação*”, uma associação sem fins lucrativos.²⁴

A organização expandiu-se por todo o território nacional, possuindo atualmente (2023) em Portugal continental, sessenta núcleos locais trabalhando para servir as respetivas comunidades locais. Simultaneamente, ocorreu a internacionalização do movimento Re-Food, tendo o primeiro passo sido dado

²⁴ A *Re-Food 4 Good – Associação*, uma associação sem fins lucrativos, fundada a 18 de julho de 2011 para servir o Movimento Re-Food em Portugal.

A 15 de abril de 2013, o Governo português, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, atribuiu o estatuto de IPSS – Instituição particular de solidariedade Social, que confere responsabilidade acrescida e vantagens fiscais aos doadores. (Informação Institucional - <https://re-food.org/movimento/institucional/>)

no bairro de Tetuán, em Madrid (Espanha). Outras equipas estão a formar-se em Itália, Brasil e Virgínia (EUA) (Re-Food, 2023).

A missão do Movimento Re-Food, assenta em três pilares fundamentais, a saber: combate ao desperdício alimentar, luta contra a fome²⁵ e promoção da inclusão social.

É a própria página eletrónica da Re-Food na internet que, através de um fluxograma intitulado “Economia Circular e Solidária”, assinala a atividade desenvolvida e a vertente multifacetada de atuação da organização (Figura 12).



Figura 12: Fluxograma da atividade desenvolvida pela Re-Food (2023)
(Fonte: Re-Food, 2023)

A leitura atenta do fluxograma (Figura 12) da organização e dos documentos conexos, nomeadamente os “Estatutos”, “Relatório e Contas” e os vários “Planos de Atividades” permite-nos afirmar que a Re-Food cumpre vários propósitos, uns de forma explícita e, outros, de forma implícita porque estão subjacentes às próprias dinâmicas organizacionais.

²⁵ Não podemos deixar de partilhar do pensamento do Professor Alfredo Bruto da Costa que, a propósito da assistência aos pobres, alerta para o facto de que “um homem com fome a quem se dê de comer, deixa de ter fome, mas não deixa de ser pobre”, isto significa que o pobre só se liberta da pobreza, quando se liberta da privação, ficando autossuficiente em matéria de recursos.

Vejam, então, as valências de maior relevância inerentes à própria organização e às respetivas dinâmicas internas e externas, a saber:

1º) a Re-Food promove a circularidade da economia, na medida em que:

- Ao recolher os excedentes alimentares evita que esses sejam desperdiçados como resíduos. Ao direcionar esses alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade, a organização prolonga o ciclo de vida e fecha esse mesmo ciclo dos alimentos, garantindo que eles cumprem a sua função de nutrir e alimentar, em vez de se tornarem resíduos.

2º) a Re-Food promove a sustentabilidade social, porque:

- Combate a fome, fornecendo alimentos excedentários a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade com insuficiência alimentar;

- Favorece a inclusão social, ao envolverem voluntários da comunidade local nas suas atividades que apoiam os mais necessitados, os voluntários e as pessoas atendidas estabelecem relações, quebrando barreiras sociais e criando uma maior coesão na comunidade.

3º) a Re-Food baseia, a sua atividade, no trabalho de voluntariado, na medida em que:

- Mobiliza cidadãos da comunidade local que, através da doação de tempo, realizam trabalho voluntário em prol dos mais carenciados;

- Estimula o altruísmo assumindo como a prioridade central, a satisfação do outro;

4º) a Re-Food cumpre uma função pedagógica, porque:

- Sensibiliza a comunidade sobre os impactos negativos do desperdício de alimentos e a importância da solidariedade. Através de campanhas de conscientização, eventos e divulgação de informações, a organização educa os elementos da comunidade local sobre questões económicas, ambientais, sociais e éticas, incentivando a uma mudança de mentalidade e comportamento em relação ao consumo e à solidariedade;

- Enfatiza, perante as comunidades locais, as questões sociais como a fome e a desigualdade socioeconómica. Esta dinâmica contribui para a conscientização da comunidade sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas em situação de vulnerabilidade e estimula, nos diferentes atores, um conjunto de valores, atitudes e comportamentos como a empatia, a compaixão e a solidariedade;

- Promove a aprendizagem informal de muitos dos elementos essenciais inerentes ao desenvolvimento sustentável, através das suas práticas de recolha e redistribuição de alimentos excedentários. Ao reaproveitar alimentos que seriam descartados como resíduos, envolvendo a comunidade local, a organização exemplifica uma abordagem sustentável e consciente em relação aos recursos naturais.

De facto, a Re-Food tem um impacto significativo na sustentabilidade social, na medida em que a sua atividade central é fornecer alimentos a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade que sofrem de insuficiência alimentar e, até, de fome. Ao combater a fome, a organização contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas e reduzindo a desigualdade social.

Ainda neste âmbito, importa sublinhar que a Re-Food desempenha também um papel importante na consciencialização sobre questões sociais, como a fome e a pobreza.

Em síntese, este movimento é um exemplo concreto de como a economia circular e a sustentabilidade social podem ser integradas e aplicadas em iniciativas práticas para combater o desperdício alimentar, reduzir a fome e promover uma sociedade mais solidária e sustentável.

Capítulo 3

Metodologia

A metodologia de investigação deve ser orientada de forma a responder à questão de investigação inicialmente formulada e aos objetivos que lhe estão subjacentes.

Um trabalho de investigação científica tem subjacente a definição de opções as quais se integram no âmbito dos propósitos metodológicos que configuram o processo e o acesso à informação e construção do conhecimento, objetivos inerentes aos trabalhos desta natureza. No campo da investigação em geral, como no das ciências sociais e, das ciências económicas, em particular, existe um leque relativamente vasto de opções, sobretudo se nos posicionarmos no contexto dos métodos e técnicas a privilegiar para o acesso e tratamento da informação.

Em função da natureza do problema que se pretende estudar no decorrer de uma investigação, assim deverá ser adotada uma determinada estratégia de investigação e o correspondente desenho de pesquisa. (Santos et all., 2019) Em termos metodológicos, considera-se que as abordagens de investigação podem assumir-se como estratégias do tipo quantitativo, qualitativo ou misto (combinar/articular as duas primeiras).²⁶

Por sua vez, a abordagem qualitativa, na ótica de Teresa D'Oliveira (2007), possui as seguintes características: o destaque dado às interpretações dos

²⁶ Em investigação existem três tipos de abordagens fundamentais: quantitativa, qualitativa e métodos mistos. A abordagem quantitativa apoia-se sobretudo no positivismo, no uso de questões fechadas, na recolha de informação de forma numérica e na utilização de procedimentos estatísticos. No que diz respeito à abordagem qualitativa, esta caracteriza-se pelo uso de questões abertas, pelo enquadramento contextual da recolha de dados e pela interpretação dos resultados. Os métodos mistos, por sua vez, resultam de uma combinação destas duas abordagens. Apresentam uma perspetiva mais pragmática, usam questões abertas e fechadas e combinam os métodos de recolha e interpretação de dados das abordagens qualitativa e quantitativa (Creswell, 2009).

indivíduos, bem como a permeabilidade às interpretações do próprio investigador; a descrição do contexto; o especial enfoque conferido à análise dos processos em curso ou ao desenrolar dos acontecimentos; a utilização de várias fontes de informação; e, finalmente, a flexibilidade do trabalho de pesquisa.

Pese embora as várias críticas aos métodos qualitativos, das quais se destacam nomeadamente falta de objetividade e rigor intelectual, a verdade é que, muitos outros, realçam os aspetos positivos como António Marques Bessa (1993) ao referir que “as investigações feitas com recurso à abordagem qualitativa revelam um teor científico, assente num plano de estudo metuculoso e plurifacetado, independente e cauteloso, consciente da realidade dos factos e permeável à critica”, acrescentando que “a abordagem qualitativa traduz de certo modo a cultura específica do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), concretizada numa herança metodológica laboriosamente acumulada e revista nos resultados da investigação, sempre independente e cautelosa”.

Face às diferentes opções metodológicas, foi nossa opção realizar uma investigação qualitativa porque exige maior sensibilidade ao contexto em que decorre a investigação, que é colmatado através do acesso privilegiado da pessoa que realizou a investigação dado a ser voluntária num dos núcleos da Re-Food. A investigação sendo holística, tem em consideração a complexidade da realidade.

Considerando os objetivos a atingir, foi estabelecida uma metodologia de trabalho adequada à resolução da questão de investigação apresentada na dissertação. Essa metodologia é constituída pelas seguintes etapas, a saber: 1º) Compreensão do problema colocado nas suas várias inter-relações com dimensões conexas; 2º) Revisão da literatura incidente nos temas em que a IPSS está envolvida, assim como nos temas que darão resposta ao problema a resolver; 3º) Caracterização da Re-Food alvo de estudo de caso; 4º) Realização de

entrevistas de resposta aberta aos responsáveis da unidade em estudo; 5º) Tratamento e análise dos dados recolhidos através do software QDA Miner Lite e 6º) Apresentação e discussão dos resultados obtidos.

Posteriormente e relativamente à metodologia utilizada importa sublinhar que, na presente dissertação, a respetiva sustentação teórica passou por uma criteriosa e exaustiva recolha de elementos bibliográficos que permitem o estabelecimento do estado da arte, versando esta, principalmente, sobre as diferentes vertentes da economia circular, em particular na forma como esta se relaciona e articula com o desperdício alimentar e com a economia social.

3.1 Contextualização

Considerando mais importante a profundidade que a extensão do objeto e do conhecimento, o que aliás resulta das características das metodologias qualitativas, decidimo-nos pelo estudo de caso. Neste sentido, foi nosso propósito realizar o estudo exaustivo, minucioso e contextualizado da Re-Food, na medida em que nos pareceu fundamental para obter o seu conhecimento amplo e detalhado.

3.1.1 Caracterização da Re-Food

Tal como já referenciado em capítulo anterior o Movimento Re-Food, foi fundado em Portugal, na cidade de Lisboa, em 2011, pelo norte americano Hunter Halder. Este projeto começou com um voluntário (Hunter Halder), uma bicicleta e a recolha de alimentos numa área correspondente a sete quarteirões.

Um mês mais tarde, este movimento já tinha trinta voluntários e trinta parceiros fornecedores de alimentos. No ano de 2013 foi-lhe concedido o estatuto de Instituição Privada de Solidariedade social.

A organização expandiu-se por todo o território nacional, possuindo atualmente (2023) em Portugal continental, sessenta (60) núcleos (Figura 13), sendo o mais recente núcleo – do Bonfim - localizado na parte oriental do concelho do Porto.

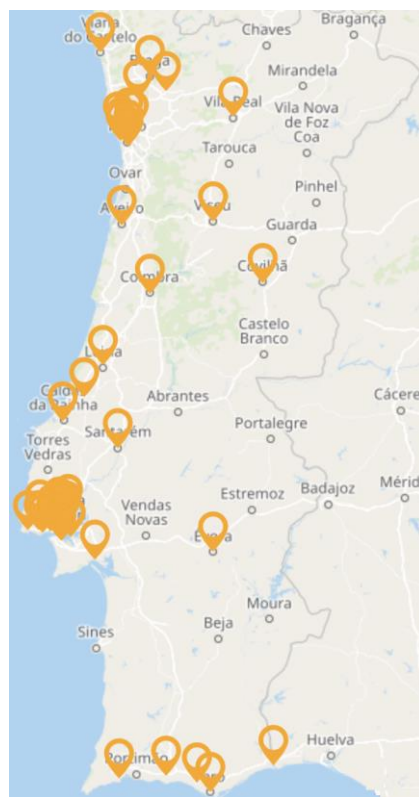


Figura 13: Esquema da localização dos núcleos da Re-Food em Portugal (Fonte: Re-Food, 2023)

A este propósito, importa referir que o processo de criação de um novo núcleo *Re-Food 4 Good* começa, normalmente, tal como referido no site institucional, por uma pessoa ou um pequeno grupo que, impelidos pelos valores da solidariedade social e, simultaneamente, sensíveis ao problema do

desperdício alimentar, sentem que se justifica a sua implementação na respetiva comunidade local.

A coordenação encontra-se dividida em cinco áreas/pastas, a saber: beneficiários, voluntários, fontes de alimentos, operações, apoios comunitários e liderança, que acaba por coordenar tudo (Figura 14). Os voluntários do terreno (operação diária) estão divididos em Centro Operacional (CO) – onde é feito o acondicionamento dos alimentos recolhidos, etiquetagem, preparação e distribuição - e Recolha Alimentar (Rotas).

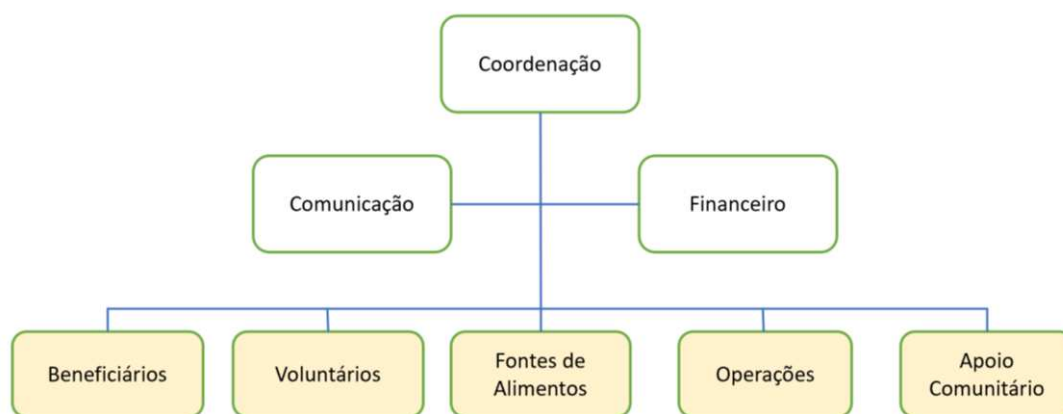


Figura 14: Organograma da coordenação de um núcleo da Re-Food (Fonte: Jovens Repórteres para o Ambiente [JRA], 2016)

Todos os núcleos da organização encontram-se imbuídos do mesmo desígnio, cujos três pilares essenciais são:

- Diminuição do desperdício alimentar (Fontes de Alimentos);
- Combater a fome (Beneficiários);
- Envolvência da Comunidade local (Voluntários).

Para além de garantir a segurança dos excedentes alimentares ao longo do percurso, a Re-Food, salvaguarda também que exista sempre uma quadrupla verificação de qualidade dos excedentes alimentares: 1º pelos funcionários dos parceiros alimentares (i.e., fontes de alimentos), 2º pelos voluntários que realizam

a recolha, 3º pelos voluntários que fazem a repartição das refeições e 4º pelos próprios beneficiários.

A organização, no seu funcionamento interno, segue as normas de higiene, limpeza e temperatura contempladas nas orientações da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

3.2 Caracterização da amostra

Ao iniciar este capítulo em que iremos abordar os procedimentos metodológicos de recolha da informação relevante através de uma amostra sob a forma de entrevista estruturada, importa referir que a pessoa que está a realizar esta investigação exerce ação de voluntariado na organização alvo de estudo (i.e., Re-Food) tendo, dessa forma, sido possível interagir com a coordenação e com voluntários adstritos a diferentes tarefas, bem como a algumas das fontes de recolha de alimentos, o que se consubstancia numa observação direta do modo o funcionamento de toda a estrutura.

Dada a especificidade do universo em estudo, optamos pela entrevista porque esta “constitui uma forma relativamente barata de recolher um determinado tipo de informação” (Bell, 1997) sob a forma de entrevista estruturada²⁷ à coordenação.

Foram realizadas 7 entrevistas a coordenadores de 7 núcleos da Re-Food da região norte e centro do país, a saber: Bonfim, Foz do Douro, Leça da Palmeira, Maia Centro, Ermesinde, Benfica e Carnaxide. Tendo presente que existem sessenta (60) núcleos da Re-Food em Portugal, o tamanho da amostra, ou seja, o

²⁷ Uma entrevista é especialmente útil como estratégia de recolha de dados em estudos de carácter interpretativo, essencialmente, devido ao grau de interação que permite que seja estabelecido entre o investigador e o entrevistado. O seu objetivo principal consiste em fornecer ao investigador informação detalhada e profunda sobre determinadas perceções ou representações em relação a um dado tópico ou realidade social, de forma a contribuir para a compreensão de conceções, sentidos e significados que os sujeitos possam atribuir às suas ações (Morgado, 2013).

número de entrevistas realizadas representa 11,67%. Segundo Johansen e De Cock (2017), para um estudo cuja categoria de respondentes é específica, homogêneo e com questões semelhantes, o tamanho da amostra representativa deve ser de 10%. Neste caso específico, deve ser no mínimo de 6 entrevistas.

Foi, pois, nossa opção realizar uma amostragem não probabilística de tipo intencional, na medida em que o nosso elemento central é a realização de análise de conteúdo e não obter inferências de tipo probabilístico.

3.3 Recolha de dados

Sendo este um estudo cuja opção metodológica foi a análise de conteúdo, o procedimento de recolha de dados iniciou-se com a preparação prévia de uma entrevista estruturada. Este instrumento foi concebido de forma a refletir a organização interna subjacente ao funcionamento de qualquer núcleo da Re-Food, ou seja, foram formuladas um conjunto de questões para cada uma das quatro unidades em análise, a saber: beneficiários, fontes de alimentos, voluntários e operações.

As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2023, através da plataforma *Zoom*, a sete (7) coordenadores de núcleos da Re-Food, apresentando uma duração média de 45 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas, com consentimento informado dos intervenientes e, posteriormente, transcritas.

Capítulo 4

Apresentação e Discussão de Resultados

Neste capítulo, procede-se à apresentação, análise e discussão dos resultados proporcionados pelo trabalho de campo que consistiu na obtenção de uma amostra através da realização de uma entrevista estruturada aos coordenadores de sete núcleos da Re-Food.

Sublinhe-se que os quatro tópicos em que se organiza a entrevista decalcam os elementos críticos em termos organizacionais dos núcleos da Re-Food (Figura 15). A este propósito, releve-se a visão sistémica inerente ao funcionamento da própria organização, em que a circularidade da economia se afirma como paradigma.

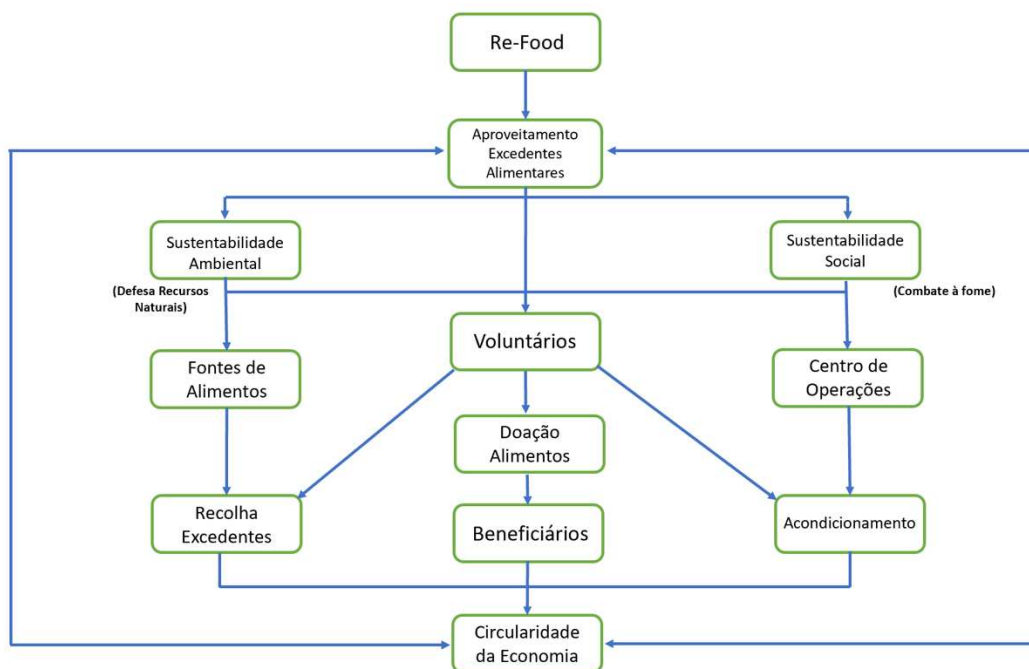


Figura 15: Esquema organizacional sistémico dos núcleos Re-Food

Após a realização das entrevistas, foi utilizado o programa de análise de dados qualitativos QDA Miner Lite para sistematizar a codificação e, para a análise de dados obtidos a partir das mesmas.

Os elementos obtidos foram, posteriormente, alvo de tratamento e a análise de dados realizados por meio da técnica da análise de conteúdo, seguindo a sequência de etapas sugeridas por Bardin et al. (1979), as quais correspondem à pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados e interpretação dos resultados. Utilizando o QDA Miner Lite, num primeiro momento, foram criadas categorias²⁸ em conformidade com as respostas que os coordenadores dos diferentes núcleos apresentaram (Tabela 1). Para a análise de dados, importa salientar, que esta recorre à técnica de análise de conteúdo, sendo que *cases* significa o número de casos, em cada uma das categorias, ou seja, cada coordenador de núcleo/entrevistado é um *Case*, sendo o *Count* o número de vezes que a categoria/palavra/expressão foi referenciada. A última coluna exibida nas tabelas refere-se às percentagens daí resultantes (Figura 16).

²⁸ No caso presente, as categorias de registo foram criadas consoante cada grupo de questões presente nos diferentes guiões de entrevistas e as subcategorias estão ligadas as questões propriamente ditas. Para cada categoria foram identificadas subcategorias consoante a análise das entrevistas. Após a análise mantiveram-se as categorias inicialmente definidas.

	Fundamentos Teóricos	Tópicos da Entrevista	QDA Miner Lite	
			Categorias	Subcategorias
Circularidade da Economia	Sustentabilidade Ambiental (proteção de recursos naturais) Combater o desperdício alimentar e Sustentabilidade Social (combater a fome) Inclusão Social	(C) Beneficiários	Apoio Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> • Lista espera para apoio alimentar • Cabaz SOS • Escassez de alimentos para apoio • Impacto do apoio
		(D) Fontes de Alimentos	Desperdício Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco excedente alimentar • Alimentação animal • Recolha estável • Recolha diminuiu • Recolha aumentou • Controlo de qualidade dos excedentes
		(E) Voluntários	Gestão Sustentável dos Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Nº voluntários suficiente • Nº voluntários insuficiente • Apoio comunitário • Embalagens descartáveis • Embalagens reutilizáveis • Atuação a nível local
		(F) Operações	Trabalho em rede	<ul style="list-style-type: none"> • Reencaminhamento de beneficiários • Reencaminhamento de excedente • Atividade cooperativa

Tabela 1: Categorização dos dados obtidos nas entrevistas

Como é possível observar na Tabela 1 foram criadas quatro dimensões a saber: gestão sustentável dos recursos, desperdício alimentar, apoio alimentar e trabalho em rede. De acordo com cada uma das dimensões de análise pré-estabelecidas no estudo, foram criadas as respetivas categorias. Todos estes elementos resultantes das operações de codificação e categorização foram transpostos para o software de análise.

Após aquele procedimento, o programa QDA Miner Lite forneceu o número de vezes que as categorias agregadas nas diferentes dimensões aparecem no conjunto das entrevistas em valores quantitativos (absolutos e relativos) para que possam ser analisados (Figura 16).

	Count	% Codes	Cases	% Cases
Gestão sustentável recursos				
• Nº voluntários suficiente	8	3.5%	4	57.1%
• Nº voluntários insuficiente	13	5.6%	5	71.4%
• Apoio comunitário	21	9.1%	6	85.7%
• Embalagens descartáveis	5	2.2%	5	71.4%
• Embalagens reutilizáveis	11	4.8%	6	85.7%
• Atuação nível local	20	8.7%	7	100.0%
Desperdício Alimentar				
• Pouco excedente alimentar	9	3.9%	4	57.1%
• Alimentação animal	8	3.5%	5	71.4%
• Recolha estável	11	4.8%	5	71.4%
• Recolha diminuiu	6	2.6%	4	57.1%
• Recolha aumentou	3	1.3%	2	28.6%
• Controlo qualidade dos excedentes	7	3.0%	7	100.0%
Apoio Alimentar				
• Lista espera para apoio alimentar	6	2.6%	1	14.3%
• Cabaz SOS	3	1.3%	3	42.9%
• Escassez alimentos para apoio	6	2.6%	3	42.9%
• Impacto do apoio	27	11.7%	7	100.0%
Trabalho em rede				
• Reencaminhamento de beneficiários	10	4.3%	6	85.7%
• Reencaminhamento de excedente	9	3.9%	7	100.0%
• Atividade cooperativa	48	20.8%	7	100.0%

Figura 16: Tela do QDA Miner Lite da categorização dos dados obtidos nas entrevistas

Assim sendo, relativamente à dimensão Gestão Sustentável dos Recursos (Figura 17) verifica-se uma predominância da expressão “apoio comunitário” com uma frequência de 9,1%.

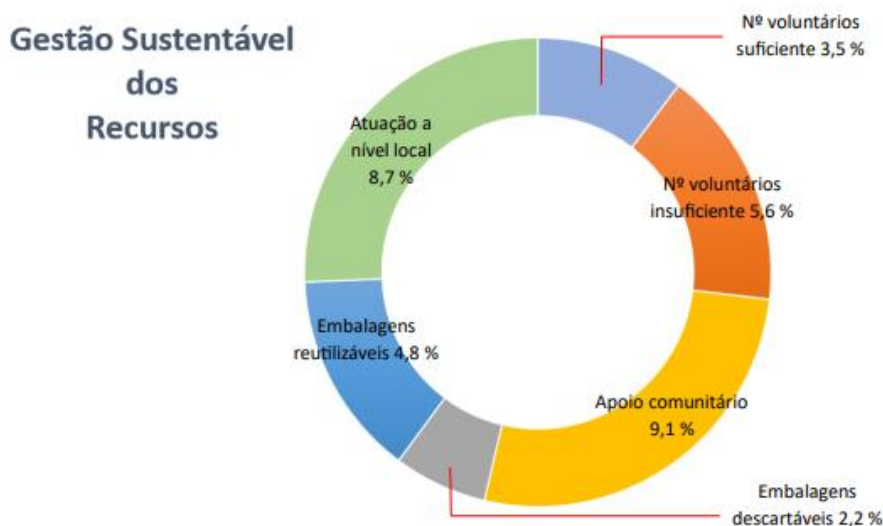


Figura 17: Distribuição relativa dimensão “gestão sustentável dos recursos”

Esta é a área relacionada com a angariação de tudo o que não sejam bens alimentares necessários para o funcionamento da instituição (como por exemplo, instalações, equipamentos, ...) e ainda pela angariação de doações em dinheiro.

Ainda dentro desta dimensão, o segundo aspeto de grande relevância tem que ver com a expressão “atuação a nível local” com uma frequência de 8,7%. Quando referimos nível local temos por implícito a atuação numa área geográfica de reduzida dimensão em que as deslocações são minimizadas.

Um outro aspeto não menos importante é o facto de ter sido assinalado Número de Voluntários Insuficiente com uma frequência de 5,6% contra uma frequência de 3,5% de Número de Voluntários Suficiente.

Outro elemento significativo diz respeito à utilização de “embalagens reutilizáveis” cuja frequência é de 4,8% em detrimento de “embalagens descartáveis” (com uma frequência de 2,2%). A este propósito sublinhe-se que, mesmo quando a prática é contrária a este tipo de procedimento, existe uma elevada preocupação em anular a utilização de embalagens descartáveis, como o expresso nas palavras da Dra. Sofia Reis, coordenadora da Re-Food do Bonfim.

“De momento são descartáveis. Começaram por ser descartáveis porque abrimos o centro ainda no período do SARS-CoV-2. Agora queremos passar para *tupperwares* reutilizáveis.”

A segunda dimensão, intimamente relacionada com o tópico “Fontes de Alimentos” diz respeito à categoria “desperdício alimentar” e como expressão de maior relevância surge a “recolha estável” com uma frequência de 4,8%, em detrimento das expressões “recolha diminui” cuja frequência é de 2,6% e “recolha aumentou” cuja frequência é de 1,3% (Figura 18).



Figura 18: Distribuição relativa dimensão “desperdício alimentar”

A expressão “pouco excedente alimentar” com uma frequência de 3,9% está intrinsecamente relacionada com as fontes de alimentos. Constata-se a dificuldade em aumentar o volume de excedente alimentar, existindo mesmo uma tendência para a diminuição sobretudo após o período pós covid. A confirmação desta realidade evidencia por um lado, a carência de excedentes para conceder apoio alimentar a mais beneficiários e, por outro lado, um esforço

consistente por parte das fontes de alimentos (empresas/organizações) na redução do desperdício alimentar.

Ainda nesta dimensão, surge-nos a expressão “controlo de qualidade dos excedentes” com uma frequência de 3,0% o que patenteia que os excedentes são alvo de um rigoroso controlo de qualidade antes de serem entregues aos beneficiários reduzindo assim o risco de intoxicações alimentares.

Por fim, releva-se a expressão “alimentação animal” com uma frequência de 3,5%. Este aspeto não é despiciendo, na medida em que os alimentos que não obedecem a critérios de qualidade são encaminhados para alimentação de animais e, refira-se, também para a produção de energias alternativas, vulgo, compostagem, reduzindo a necessidade de produção de alimentação animal e prolongando a vida dos alimentos.

Relativamente à 3ª dimensão “Apoio Alimentar”, decorrente do tópico “Beneficiários” das entrevistas, releva a expressão “impacto do apoio” com uma frequência de 11,7% (Figura 19).

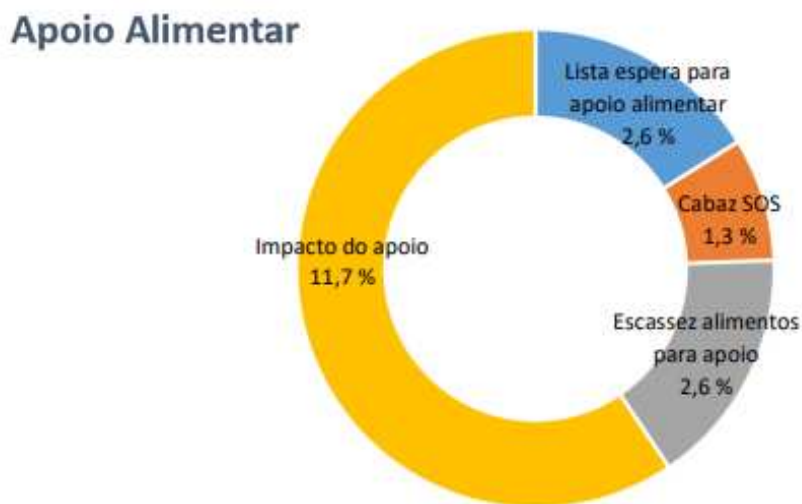


Figura 19: Distribuição relativa dimensão “desperdício alimentar”

A expressão “impacto do apoio” faz-se sentir em múltiplas vertentes, de que são exemplo os milhares de refeições resgatadas (alimentos excedentários) e que por consequência não se transformam em desperdício alimentar defendendo-se, desta forma os recursos naturais e, simultaneamente, apoiam as necessidades alimentares da população mais carenciada.

Elementos de elevada relevância são evidenciadas pelas expressões “lista de espera para apoio alimentar” e “escassez de alimentos para apoio” com uma frequência de 2,6%. Ora ambas estão interrelacionadas e traduzem a redução de excedentes alimentares.

Por fim, nesta mesma dimensão surge-nos a expressão “cabaz SOS” com uma frequência de 1,3%.

Por último, surge-nos a dimensão “Trabalho em Rede” em que a “atividade cooperativa” possui uma frequência de 20,8%, refletindo a importância conferida aos laços de cooperação com organizações de solidariedade social similares (Figura 20).



Figura 20: Distribuição relativa dimensão “trabalho em rede”

Na mesma dimensão, surgem-nos as expressões “reencaminhamento de excedente” com uma frequência de 4,3%. O “reencaminhamento de excedente”

alimentar tem que ver com dois procedimentos distintos. Por um lado, o encaminhamento de alimentos sobranes com qualidade para organizações congêneres e, os alimentos que não obedecem a critérios de qualidade são encaminhados para alimentação animal.

Com equivalente destaque e uma frequência de 3,9% surge o “reencaminhamento de beneficiários” que está interrelacionado com a cooperação entre diferentes organizações de solidariedade social a nível local.

Após esta incursão no conteúdo discursivo das respostas às entrevistas realizadas, auxiliados pelo software QDA Miner Lite, no processo da desconstrução e identificação de excertos significativos à questão de pesquisa elencada, é tempo de extrairmos as principais ilações. Dito isto, emergem da presente análise, os seguintes elementos conclusivos, a saber:

(A) A Re-Food foca a sua atuação a nível local o que significa que a organização opera localmente na e para a comunidade. Este elemento identitário, é um traço fundamental da sua atuação, na medida em que pela elevada proximidade geográfica e relacional, estabelecem-se laços de solidariedade entre os vários intervenientes favorecendo dinâmicas de solidariedade e inclusão.

(B) A factualidade ligada à recolha estável com tendência para a diminuição manifestada na expressão “recolha diminui” são conexas com as expressões “pouco excedente alimentar”, “lista de espera para apoio alimentar” e “escassez de alimentos para apoio”. Estas conexões possuem um significado que, por um lado, tem que ver com um esforço por parte dos agentes económicos na diminuição dos excedentes alimentares e, por outro, com as dificuldades acrescidas por parte da Re-Food em poder satisfazer uma procura crescente.

(C) Aspeto de grande importância e que releva desta análise está relacionada com o trabalho em rede e com as expressões associadas de “reencaminhamento de beneficiários” e com o “reencaminhamento de excedente”. Esta simbiose procedimental evidencia a atividade cooperativa.

Capítulo 5

Conclusão

A crescente utilização consumista de recursos finitos decorre da dinâmica intrínseca ao próprio modelo económico vigente (economia linear) e da expansão demográfica a nível global que, em determinadas geografias, assume valores exponenciais.

Desta realidade, em que é evidente uma dualidade conflitual de tendências incompatíveis patente na relação – crescente consumo versus finitude dos recursos naturais -, tornou a manutenção do atual modelo económico uma impossibilidade. A tomada de consciência desta factualidade provocou a emergência de um novo paradigma – a economia circular que, a partir dos anos 80 do século XX, se começa a consolidar.

O modelo económico, ora emergente, quando aplicado ao flagelo do desperdício alimentar que, em dimensão significativa, ocorre na cadeia de abastecimento alimentar do modelo económico vigente, consegue minimizá-lo através do aproveitamento desses excedentes alimentares. Este aproveitamento, realizado por organizações de economia social, de que a Re-Food é exemplo, através da recolha de doações desses produtos e, procedendo ao seu encaminhamento para aqueles que, sendo os mais vulneráveis, deles necessitam, estão a constituir-se como elemento crítico da economia circular e, por consequência, da sustentabilidade ambiental e social.

Não podemos deixar de anotar o facto de ao longo das entrevistas realizadas ter sido enfatizada a circunstância de se verificar uma tendência de diminuição dos excedentes alimentares doados pelos diferentes agentes

económicos o que se repercute, de imediato, em dificuldades acrescidas por parte da Re-Food em poder satisfazer uma procura crescente.

Por fim, cabe mencionar que as conclusões da investigação enunciadas, não constituem “proposições” conclusivas fechadas.

Terminamos este trabalho, convictos de que a concentração geográfica das entrevistas na região norte do país, constituiu uma limitação no desenvolvimento da investigação, assim como as limitações de tempo foram também um handicap.

Num futuro trabalho de investigação, importará ainda quantificar o excedente alimentar recuperado pela Re-Food, podendo dessa forma observar-se, em termos quantitativos, o real impacto da mesma na economia circular.

Bibliografia

Almeida, M. A. M. (1997). *A primeira república portuguesa e o estado providência* [Master's thesis, Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/19588/1/DM-MAMA-1997.pdf>

Andrews, D. (2015). The circular economy, design thinking and education for sustainability. *Local Economy*, 30(3), 305-315. <https://doi.org/10.1177/0269094215578226>

Apolinário, P. (2021). *Otimização das Rotas de Recolha de Alimentos na Re-Food Almada* [Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. https://run.unl.pt/bitstream/10362/118339/1/Apolin%C3%A1rio_2021.pdf

Araújo, T. D. de. (2007). *Economia Circular: breve panorama da produção científica entre 2007 e 2017*. <https://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/417.pdf>

Assembleia da República [AR]. (2022, outubro). *Combate ao Desperdício Alimentar – Enquadramento Nacional e Internacional*. <https://ficheiros.parlamento.pt/DILP/Publicacoes/Sinteses/74.desperdicioalimentar/74.pdf>

Baptista, P., Campos, I., Pires, I., Vaz, S. (2012). *Do campo ao garfo: desperdício alimentar em Portugal*. (1ª ed.). Cestras. https://webstorage.cienciaviva.pt/public/pt.cienciaviva.www/divulgacao/do_campo_ao_garfo.pdf

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (1ª ed.). Edições 70. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BAR

DIN L. 1977. Analise de conteudo. Lisboa edicoes 70 225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf

Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação*. (5ª ed.). Gradiva.

Bessa, A. M. (1993). *Quem governa? Uma análise histórico-política do tema da elite*. (1ª ed.). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Caeiro, J. M. C. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa*. 11(1), 61-72. <https://doi.org/10.1590/%25x>

Cardoso, J. L. (2018). The circular economy: historical grounds. In A. Delicado; N. Domingos & L. Sousa (Eds.), *Changing Societies: Legacies and Challenges. The Diverse Worlds of Sustainability*. (pp. 115-127). Imprensa de Ciências Sociais. <https://doi.org/10.31447/ics9789726715054>

Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar [CNCDA]. (2017). *Estratégia Nacional e Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar*. <https://www.gpp.pt/images/MaisGPP/Iniciativas/CNCDA/ENCDA.pdf>

Costa, A. B. (1998). *Debates sobre Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção*. Imprensa Casa da Moeda.

Cravo, R. N. (2018). *A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos*. [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35290>

Creswell, J. W. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. (3ª ed.). Sage Publications. https://www.ucg.ac.me/skladiste/blog_609332/objava_105202/fajlovi/Creswell.pdf

Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais [DMAAAR]. (2020, fevereiro 11). *National Statistics. Family Food 2017/18*.

<https://www.gov.uk/government/publications/family-food-201718/family-food-201718>

Diário da República [DR]. (2015, junho 17). Resolução da Assembleia da República n.º 65/2015 <https://files.dre.pt/1s/2015/06/11600/0390103901.pdf>

Diogo, F; Castro, A; & Perista, P. (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos* (1ª ed.). Edições Húmus. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/75087/1/34-Pobreza%20e%20exclusao-DIGITAL.pdf>

Elitzak, H. & Okrent, A. (2018, novembro 5) *New U.S. Food Expenditure Estimates Find Food-Away-From-Home Spending Is Higher Than Previous Estimates*. United States Department of Agriculture. <https://www.ers.usda.gov/amber-waves/2018/november/new-us-food-expenditure-estimates-find-food-away-from-home-spending-is-higher-than-previous-estimates/>

Ellen MacArthur Foundation [EMF]. (2013). *Towards the Circular Economy, Vol 1: an economic and business rationale for an accelerated transition*. <https://ellenmacarthurfoundation.org/towards-the-circular-economy-vol-1-an-economic-and-business-rationale-for-an>

EMF. (2015). *Growth within: a circular economy vision for a competitive Europe*. <https://ellenmacarthurfoundation.org/growth-within-a-circular-economy-vision-for-a-competitive-europe>

EMF. (2019). *O diagrama de borboleta: visualizando a economia circular*. <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/o-diagrama-de-borboleta>

FAO. (2021). *Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro de 2021*. <https://www.fao.org/3/cb5506pt/cb5506pt.pdf>

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; & WHO. (2022). *The State of Food Security and Nutrition in the World. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>

Félix, M. M. (2000). *A Alimentação e Nutrição em Angola: O Paradoxo de Potencialidade* [Tese de Mestrado, Universidade Técnica Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.

Ferrão, J. E. M. (1992). *Conservação dos Recursos Naturais na Poluição e Produção de Alimentos* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa].

Food and Agriculture Organization [FAO]. (2014). *Food Wastage Footprint-Full-Cost Accounting - Final Report*. <http://www.fao.org/3/a-i3991e.pdf>

Food and Agriculture Organization [FAO]. (2014). *Food Wastage Footprint-Full-Cost Accounting - Final Report*. <http://www.fao.org/3/a-i3991e.pdf>

Gaiger, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 81-99. <https://doi.org/10.4000/rccs.401>

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª ed.). Editora Atlas. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf

Gustavsson, J., Cederberg, C., Sonesson, U., Otterdijk, R., & Meybeck, A. (2012). *Global food losses and food waste – Extent, causes and prevention*. (ed.). <http://www.fao.org/3/a-i2697e.pdf>

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2021). *Desperdício alimentar 2021*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorCod=0011470&contexto=bd&selTab=tab2

Jardim, J. B. L. M. (2017). *Gestão da Cadeia de Abastecimento na Indústria da Construção* [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Biblioteca do Instituto Superior Técnico de Lisboa. <https://scholar.tecnico.ulisboa.pt/records/9xp2RsYJfhrlAgVirVf-5XC1ty15fM98SX8K>

Jarret, H; & Lipton, M. (1968). Environmental quality in a growing economy. *The economic Journal*, 78(310), 440-442. <https://doi.org/10.2307/2229494>

Javaloy, S. P. (2007). *Factores psicosociales explicativos del voluntariado universitario* [Dissertação de Douturamento, Universidade de Alicante]. Biblioteca virtual Miguel de Cervantes. <https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcp2h6>

Johansen, C. B; & De Cock, C. (2017). Ideologies of time: how elite corporate actors engage the future. *Sage Journals*, 25(2). <https://doi.org/10.1177/1350508417725592>

Jovens Repórteres para o Ambiente [JRA]. (2016, março 31). *Refood, fazer do desperdício refeição*. <https://jra.abae.pt/plataforma/artigo/refood-fazer-do-desperdicio-refeicao/>

Jurgilevich, A., Birge, T., Kentala-Lehtonen, J., Korhonen-Kurki, K., Pietikäinen, J., Saikku, L; & Schösler, H. (2016). Transition towards Circular Economy in the Food System. *Sustainability*, 8(1), 69 <https://doi:10.3390/su8010069>

Koumparou, D. (2017). Circular economy and social sustainability. *Proceedings of Solid Waste Management & its Contribution to Circular Economy*, https://www.researchgate.net/publication/326678536_CIRCULAR_ECONOMY_AND_SOCIAL_SUSTAINABILITY_Proceedings_of_Solid_Waste_Management_its_Contribution_to_Circular_Economy_Athens_Greece_December_14_-_15_2017

Kusumowardani, N; Tjahjono, B; Lazell, J; Bek, D; Theodorakopoulos, N; Andrikopoulos, P; & Priadi, C. R. (2022). A Circular Capability Framework to address food waste and losses in the agri-food supply chain. *Journal of Business Research*, 106, 110-123. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.12.020>

Leitão, A. (2015). Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 1(2), 149-171. https://ciencia.ucp.pt/ws/files/39919898/114_613_2_PB.pdf

Mendonça, L. de. O. S. & Farias, I. M. S. de. (2020). Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam. *Educação: Teoria E Prática*, 30(63), 1-7. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s14553>

Minayo, M. C. de. S. (2007). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde* (10ª ed.), (pp. 406). HUCITEC. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400030>

Moreira, S., & Crespo, N. (2012). Economia do Desenvolvimento - Das abordagens Tradicionais aos Novos Conceitos de Desenvolvimento. *Revista de Economia*, 25-50.

Morgado, J. C. (2013). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação* (4ª ed.). De Facto Editores.

Mowen, J; & Sujan, H. (2005). Volunteer behavior: A hierarchical model approach for investigating its trait and functional motive antecedents. *Journal of Consumer Psychology*, 15(2), 170-182. https://doi.org/10.1207/s15327663jcp1502_9

Namorado, R. (2007, junho). *Cooperativismo – História e Horizontes*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES) 278. <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/278/278.pdf>

Namorado, R. (2017). O que é a economia social? *Economia Social em Textos*, 1, 1-36. https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2017/02/Economia_Social-em-Textos1.pdf

Oakdene Hollins. (2013). Responsible Hospitality Partnership & Waste & Resources Action Programme. *Waste in the UK Hospitality and Food Service Sector*. British Frozen Food Federation. <https://bfff.co.uk/wp-content/uploads/2014/01/WRAP-Waste-in-the-UK-Hospitality-and-Food-Service-Sector-2012-Report.pdf>

Oliveira, T. (2007). *Teses e dissertações – Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. (2ª ed.). Editora RH.

ONU. (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*. (2ª ed.). Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental https://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development A/RES/70/1*. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

Organização das Nações Unidas. (1987). *Our Common Future*. [Relatório]. <https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>

Oxfam Itália. (2017). *Não desperdice o nosso futuro! Dossiê sobre as perdas e o desperdício alimentar*. Associação In Loco. http://www.in-loco.pt/upload_folder/files/dossier-PT-10-fev2017.pdf

Pearce, W. D., & Turner, K. R. (1990). Economics of natural resources and the environment. *Journal Storage*, 67(2), 272-276. <https://doi.org/10.2307/3146419>

Pereira, A. (2004, outubro 15). *Extremos sociais que se cruzam e não se tocam*. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2004/10/15/jornal/extremos-sociais-que-se-cruzam-e-nao-se-tocam-194033>

Pereira, A. (2008, outubro 22). *Os pobres também podem ser integrados no meio dos ricos*. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2008/10/22/jornal/os-pobres-tambem-podem--ser-integrados-no-meio-dos-ricos-280838>

Re-Food. (2023). *Como fazemos? Aproveitar para alimentar*. <https://re-food.org/>

Relatório Especial 34/2016 do Tribunal de Contas Europeu. (2016). Artigo 287º, nº4 Luta contra o desperdício alimentar: uma oportunidade para a UE melhorar a eficiência dos recursos na cadeia de abastecimento alimentar. https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR16_34/SR_FOOD_WASTE_PT.pdf

Reto, L. A. (2001). O terceiro sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades. In (pp. 69-94).

Ribeiro, L. A. T. (2020). *Economia social e economia circular: articulações indutoras da sustentabilidade social e o papel do serviço social no contexto de lojas sociais* [Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra]. CIRIEC. <https://ciriec.autonoma.pt/wp-content/uploads/2023/03/Economia-Social-e-Economia-Circular-Articulacoes-Indutoras-da-Sustentabilidade-Social-e-o-Papel-do-Servico-Social-no-Contexto-de-Lojas-Sociais.pdf>

Roth, A., & Zheng, Y. (2020). A Tale of Two Food Chains: The Duality of Practices on Wellbeing. *Production and Operations Management*, 30(1), 783-801. <https://doi.org/10.1111/poms.13317>

Santos, L., Lima, J., Garcia, F., Monteiro, F.T., Silva, N., Silva, J., Santos, R., Afonso, C; & Piedade, J. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação. Cadernos IESM/IUM*, 8(2). https://www.ium.pt/files/publicacoes/Cadernos/8/Cadernos_IUM_8_Orientacoes_Metodologicas_TI_2Ed.pdf

Schanes, K., Dobernig, K., & Gözet, B. (2018). Food waste matters - A systematic review of household food waste practices and their policy implications. *Journal of Cleaner Production*, 182, 978–991. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.030>

Secomandi, N; & Seppi, D. J. (2014). *Real options and merchants operations of energy and other commodities*. (1^a ed.). Now Publishers, Inc. <http://dx.doi.org/10.1561/02000000024>

Secondi, L. (2019). Expiry dates, consumer behavior, and food waste: How would Italian consumers react if there were no longer “best before” labels? *MDPI Open Access Journals*, 11(23), 1–15. <https://doi.org/10.3390/su11236821>

Silvestre, H; & Araújo, J. (2012). *Metodologia para a Investigação Social* (1^a ed.). Escolar Editora.

<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6563/3/O%20Tratamento%20e%20An%C3%A1lise%20de%20Dados.pdf>

Stahel, W. R. (2016). Circular economy. *Nature*, 513(7595), 435-438.

<https://www.researchgate.net/publication/298909366> Circular economy

Thyberg, K. L., & Tonjes, D. J. (2016). Drivers of food waste and their implications for sustainable policy development. *Resources, Conservation and Recycling*, 106, 110–123. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2015.11.016>

Valadares, J. P. (2012). *Comércio justo e solidariedade: Análise de dois casos em Portugal* [Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7825>

Vera, I., Bowman, M., & Mechielsen, F. (2022). *No time to waste: Why the EU needs to adopt ambitious legally binding food waste reduction targets*. (1ª ed.). Feedback EU <https://feedbackglobal.org/wp-content/uploads/2022/09/Feedback-EU-2022-No-Time-To-Waste-report.pdf>

Vetter, S. H; Sapkota, T. B; Hillier, J; Stirling, C. M; Macdiarmid, J. I; Aleksandrowicz, L; Green, R; Joy, E. J. M; & Dangour, A. D. (2017). Greenhouse gas emissions from agricultural food production to supply Indian diets: Implications for climate change mitigation. *Agriculture, ecosystems & environment*, 237, 234-241. <https://doi.org/10.1016/j.agee.2016.12.024>